



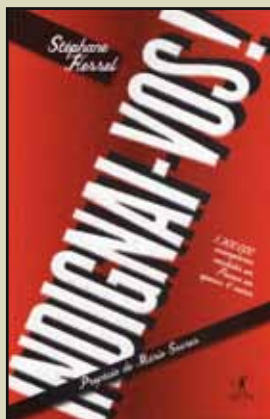
IE
ESCOLA informação

N.º 245 Maio 2011 . MENSAL . 0,50€



**É PRECISO QUE O
FUTURO
NOS PERTENÇA**

LEITURAS



Hessel, Stéphane
Indignai-vos!
 Editora Objectiva,
 Lisboa, 2011-05-03

Stéphane Hessel, 93 anos, nascido em Berlim, filho de pai judeu, prisioneiro em campos de concentração nazi na Segunda Guerra Mundial, membro do Conselho Nacional de Resistência, representante dos democratas antifascistas que combateram a ocupação alemã em França e participante na elaboração da Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU em 1948, é um exemplo de que a juventude do espírito não conhece idades. Com o seu pequeno-grande livro sugestivamente intitulado “Indignai-vos!” -

1.300.000 exemplares vendidos em França - elabora um diagnóstico das misérias sociais e políticas do mundo actual e apela ao combate e à resistência contra a submissão, a indiferença e a passividade. A sua luta é contra a destruição do Estado Social justificada com o argumento neoliberal de que já não consegue suportar os custos das medidas sociais quando a produção da riqueza aumentou consideravelmente desde o pós-Segunda Guerra Mundial, contra as desigualdades sociais que não têm cessado de aumentar nos últimos anos, a xenofobia e o racismo que têm posto em causa o espírito iluminista europeu da fraternidade e do respeito pela diversidade do Outro. É necessário também romper com o “pensamento produtivista” que “arrastou o mundo para uma crise da qual é necessário sair através de uma ruptura radical com a fuga para a frente do «cada vez mais» não só na área financeira, mas também nos domínios da ciência e da técnica” (p. 37). Indignação significa resistir no sentido de criar uma sociedade em que a competição de todos contra todos deve dar lugar à cooperação e à entreatajuda, o consumismo alienante à procura da convivialidade e da relação com os outros e a “liberdade descontrolada da raposa no galinheiro” (p. 22) à liberdade inclusiva baseada numa igualdade equitativa de oportunidades. Nada nos garante que o sentido da História aponte, como pensava Hegel, para a progressão da liberdade humana que culmina no “Estado democrático na sua forma ideal” (p. 25), ou seja, no carácter não definitivo da democracia, o

único regime político sempre susceptível de aperfeiçoamento. Pelo contrário, como pensava o filósofo alemão Walter Benjamin, que se suicidou na cidade catalã de Port Bou, em 1940, para evitar ser enviado para um campo de morte nazi, “o sentido da História” poderá ser “uma progressão imparável de catástrofe em catástrofe” (p. 26). Os tempos actuais apontam cada vez mais para este ‘buraco negro’. Basta pensar nesta frase ufana de Warren Buffet, um dos homens mais ricos do planeta: “Existe uma luta de classes, é verdade, mas é a minha classe, a abastada, que está na ofensiva, e estamos a ganhá-la”. Stéphane Hessel não desiste, porém, da ‘utopia’ de construir um mundo melhor. Na Declaração de 8 de Março de 2004, comemorativa do sexagésimo aniversário do programa do CNR, defende-se que “o nazismo foi vencido graças ao sacrifício dos nossos irmãos e irmãs, da Resistência e das Nações Unidas contra a barbárie fascista. Mas esta ameaça não desapareceu completamente, e a nossa fúria contra a injustiça mantém-se intacta” (p. 40). Transformar a ‘fúria’ numa insurreição pacífica comandada pela força da razão é o objectivo do ‘jovem’ Stéphane Hessel que lega uma mensagem à posteridade: “A todos aqueles que irão fazer o século XXI dizemos com afecto: «CRIAR É RESISTIR, RESISTIR É CRIAR” (p. 40).■



Manuel Grilo
CHEFE DE REDACÇÃO DA E.I.

UMA QUESTÃO DE SENSATEZ

No dia 5 de Junho vamos a votos, que é como quem diz o povo vai ter oportunidade de realizar escolhas para os próximos anos. Escolhas que não se podem limitar à figura do primeiro-ministro como nos pretendem fazer crer. As escolhas que agora realizamos são bem mais importantes que a cara de uns ou de outros. Não importa a dicção ser mais ou menos perfeita, a cara ter uma aparência mais ou menos simétrica (dizem-me que o cérebro humano reconhece beleza nas pessoas em função de uma aparente simetria da face mas eu desconfio que não é bem assim) ou até o à-vontade frente às câmaras de televisão. O que está em jogo nestas eleições é algo de mais importante – a escolha entre os programas do modelo da crise, que se prepara para enormes transferências de rendimentos do trabalho para o capital e aqueles que se opõem a este modelo e, portanto, se opõem aos termos do acordo realizado entre as duas troikas (a nacional e a do FMI/UE/BCE). É a escolha entre uma política de extorsão dos trabalhadores e uma política de afirmação do interesse nacional baseado nas pessoas, nos trabalhadores, no emprego com direitos, no progresso social. Que não renega a dívida nem a necessidade de a pagar mas que quer saber quem deve efectivamente e o quê e questiona os juros, os prazos e o destino do dinheiro. E que não se conforma com o branqueamento das responsabilidades dos que nos levaram a esta situação de quase bancarrota.

Manuel Carvalho da Silva, sempre certo nas suas apreciações, fala em golpe de estado constitucional que a troika de partidos do chamado “arco do poder” se prepara para realizar em Portugal. A direita, que em 35 anos nunca tinha conseguido realizar a totalidade de um programa, que é o seu, de privatizações dos monopólios naturais, de baixa dos salários, de ataques descarados à segurança social, ao serviço nacional de saúde e à escola pública, pega agora no programa “negociado” com a troika e, ululante, garante que o vai cumprir. Acredito. É o seu verdadeiro programa. E não só da direita política, a dos partidos que todos conhecemos, mas da direita dos interesses, dos bancos que vão ver parte do empréstimo ir direitinho para os seus capitais próprios (esses mesmos capitais próprios que nunca foram recapitalizados quando os bancos tiveram lucros escandalosos que foram repartidos alegremente pelos accionistas) e dos especuladores nacionais e estrangeiros que levaram o país para a beira do precipício com as suas magníficas parcerias público-privadas e as suas engenharias financeiras.

Na União Europeia é vital pugnarmos por uma Europa dos cidadãos que eleja a solidariedade e a coesão social como prioridade. Pessoas sensatas começam já a dizer que a desgraça dos países do sul pode ser o princípio do fim não só da moeda única mas também da União Europeia, desse espaço que, mesmo com muitas contradições, tem assegurado a paz e o desenvolvimento dentro dos seus limites geográficos. Há soluções possíveis neste quadro europeu, mutualizando os riscos das dívidas soberanas, impedindo práticas de dumping fiscal e protegendo os países dos grandes especuladores internacionais. Mas, também aí, é necessário que as pessoas sejam o centro das políticas e não meros “danos colaterais” de uma guerra que o grande capital hoje move aos trabalhadores de forma a garantir as suas margens de lucro.

No dia 5 vamos a votos. E não acreditem no que vos dizem e repetem todos os dias. Não é inevitável darmos o tal passo em frente rumo ao precipício. Em democracia há sempre alternativas. É necessário “levarmos a luta ao voto” e escolhermos a sensatez dos que apresentam soluções em que as pessoas e o emprego estão em primeiro lugar ao invés dos bancos e das grandes construtoras. ■



ficha técnica:

Director: António Avelãs . Chefe de Redacção: Manuel Grilo . Conselho de Redacção: Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Teresa Chaveca, Isabel Pires . Redacção: Lígia Calapez (Jornalista). Fotojornalista: Paulo Machado . Design Gráfico e Paginação: Dora Petinha . Capa: Dora Petinha . Composição: Luísa Pereira . Revisão: Luísa Pereira . Impressão: SOGAPAL, SA. - Av. dos Cavaleiros, 35, 2795-626 Carnaxide . Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 21 000 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



Neste número:

2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

O acordo das *troikas*

17 Reportagem

“Faça-se justiça”

22 Escola/Professores

22. Fundações

23. Escola Intercultural

24. Precariedade

26. Lutas

27. Manifesto aos partidos políticos

28. Aniversário do SPGL

30. CIMH/SPGL

31 Aos Sócios

33 Última Hora

O debate necessário sobre a Escola Pública

O FUTURO TAMBÉM DEPENDE DE NÓS



Texto de Luís Viana

PÁGINA 11





Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº245 Maio 2011

■ “Se não houver um novo impulso europeu, marcado pela solidariedade e a coesão social, pela resistência e luta”, defrontaremos a ameaça de “uma verdadeira regressão civilizacional”, afirma António Nabarrete no texto de abertura deste Dossier, que inclui diferentes – e aprofundadas – análises de um tema fulcral neste momento: a crise e o memorando da troika.

Análises do momento que vivemos e dos tempos que se avizinham, perpassadas, entretanto, por uma mensagem de confiança e apelo à luta. Uma luta que se assume também como tarefa dos sindicatos. E que é, nas palavras de Avelãs, “resistir, denunciando a degradação e os crimes anunciados, mas sobretudo acreditando que é possível construir um futuro e dando passos decisivos nesse sentido!” ■

A insustentável torpeza dos agiotas

• António Nabarrete

Vice-presidente do SPGL



Se não houver um novo impulso europeu, marcado pela solidariedade e coesão social, pela resistência e luta contra o agiotismo internacional, a moeda única implodirá e a Europa voltará a enfrentar todos os seus fantasmas dos últimos séculos: um espaço de conflito económico, social e político que constituirá uma verdadeira regressão civilizacional.

1.

Antecedentes

Em 1850 a dívida pública portuguesa representava cerca de 38% do PIB. Valor calculado com as actuais metodologias mas que obviamente deve ser visto com algumas cautelas dadas as dificuldades de recolha de dados. Em 1900 situava-se em torno dos 75% do mesmo indicador. No estertor da 1ª República, em 1924/25, aproximou-se perigosamente dos 90%, o valor mais alto de sempre até ao recente ano de 2010, que fechou acima dos 93%. Com a particularidade de entre o início dos anos 30 do século XX e o ano de 2004 se ter situado sempre abaixo dos 60%, apesar da permanente dificuldade nacional na produção de bens transaccionáveis e do endémico défice da Balança Comercial. Neste longo período, de mais de 70 anos, o disparo da dívida foi evitado com recurso ao mercado colonial numa primeira fase, às remessas dos emigrantes nos anos 60, 70 e 80 do século XX e aos fundos europeus a partir do final dos anos 80. Com a entrada no euro (ofi-

cialmente no ano 2000, com efeitos práticos em 2002) Portugal perdeu quase todos os mecanismos de estabilização automática, deixou de dispor de importantes instrumentos de política económica (como a taxa de câmbio e a taxa de juro) e foi obrigado a viver com uma moeda forte pouco adaptada à sua estrutura produtiva. Por outro lado, o país tinha passado quase uma década e meia a desbaratar os fundos europeus e a destruir as estruturas produtivas agrárias, piscatórias e industriais, em vez de as modernizar (dois terços desse tempo com governos de Cavaco Silva!). Deste modo, entre o ano 2000 (ano de entrada no euro) e o final de 2010, a dívida pública portuguesa passou de cerca de 50% do PIB para mais de 93%.

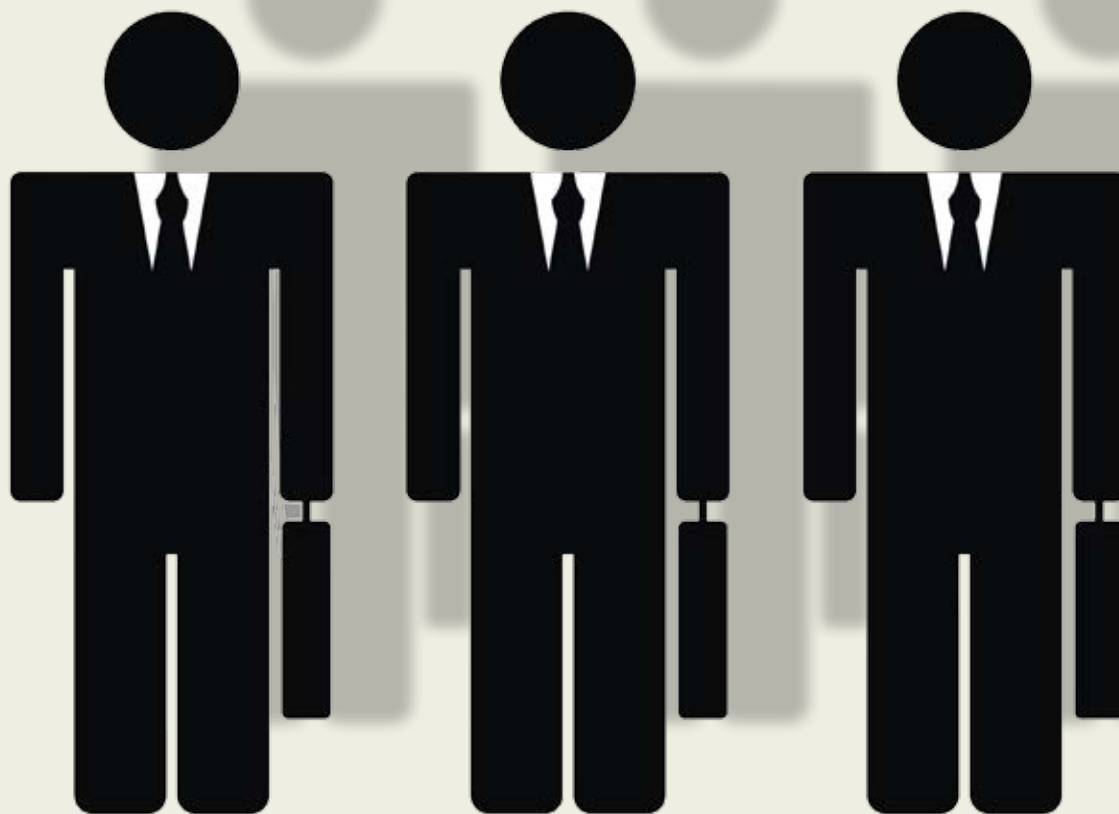
Apenas uma nota mais. A questão, tão propalada, dos 3% como limite máximo do défice orçamental anual, (em 2010 fixou-se em 9,1% do PIB!) foi uma imposição dos grandes países europeus, principalmente da Alemanha, tendo em vista evitar derapagens na dívida pública que pusessem em causa a estabilida-

de do euro. O problema não está, portanto, num eventual aumento conjuntural do défice orçamental mas sim no agravamento continuado da dívida pública.

2.

A situação actual

A dívida pública portuguesa atingiu, em Dezembro de 2010, cerca de 160 mil milhões de euros (já incorporando a recente revisão em alta que inclui o BPN, BPP, REFER e os metros de Lisboa e Porto), o que representa qualquer coisa como 93% do PIB. Convém notar que o conjunto das 80 maiores empresas públicas acumulam uma dívida de cerca de 30% do PIB, o que, mesmo tendo em linha de conta a revisão acima referida, eleva a dívida da responsabilidade directa ou indirecta do estado para valores muito próximos dos 120% do PIB. A dívida privada, da responsabilidade quase exclusiva da banca, ronda os 220 % do PIB. Estamos, assim, a falar de uma dívida total nacional de 340% do PIB, ou seja de qualquer coisa como 580 mil milhões de euros. Uma enormi-



dade!

Esta situação, porém, envolve outras complexidades. Relativamente à dívida pública consolidada, isto é, aquela que o INE e o Eurostat reconhecem (cerca de 160 mil milhões de euros – 93% do PIB), aproximadamente 30% está em mãos portuguesas, enquanto os restantes 70% são dívida directa ao estrangeiro. Dos 30% referidos como estando em mãos nacionais (cerca de 48 mil milhões de euros) 40% (19 mil milhões) são detidos pela banca, 33% (16 mil milhões) pelas famílias portuguesas e os restantes 27% (13 mil milhões) por outras entidades, com especial relevo para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, com mais de 5 mil milhões.

É fácil perceber que o nível da dívida pública portuguesa é muito mais grave do que aparenta (principalmente se incluir o universo das empresas, fundações e outras entidades que dependem directa ou indirectamente do estado!), mas é ainda mais fácil constatar que o nível da dívida privada portuguesa é aterrador! E essa dívida é, fundamentalmente, uma dívida da banca portu-
 guesa. A maior parte dela contraída para financiar o consumo e a habitação própria das famílias e só uma parte, muito mais pequena, para o financiamento da actividade económica produtiva. Dados consolidados para o ano de 2009 indicam, por exemplo, que apenas 7% dos créditos concedidos pela banca portuguesa tiveram como finalidade de projectos na agricultura, pescas, floresta e indústria. Portanto, apesar da situação da dívida pública nacional ser muito grave, o actual resgate do país (leia-se empréstimo com juros agiotes, principalmente da parte da União Europeia) tem como finalidade primeira e fundamental salvar a banca portuguesa e, numa segunda linha, mas com carácter de urgência, amortizar dívida contraída em 2005 e assegurar o financiamento corrente do Estado a juros mais baixos (embora vergonhosos!) que os dos mercados financeiros. A banca já não se consegue financiar adequadamente em lado nenhum (nem no Banco Central Europeu, que tem sido o seu recurso quase único nos últimos dois anos!) e, portanto, já não pode financiar a

economia portuguesa (ou o consumo!) nem comprar mais dívida pública. Este processo teve um desenvolvimento meteórico a partir do momento em que os “ratings”, da República e das principais empresas portuguesas (principalmente as públicas e a banca privada), desceram abruptamente na sequência da queda do governo, embora a caminhada para o abismo já estivesse em acelerada consolidação antes disso.

3.

O “memorando de entendimento” sobre (condicionalismos específicos da) política económica

O governo de gestão de José Sócrates, o PSD e o CDS comprometeram-se, (perante a União Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI), para que o país possa receber cerca de 78 mil milhões de euros (26 mil milhões do FMI e o restante da União Europeia), em tranches trimestrais a começar no 3º trimestre deste ano e a terminar no 2º semestre de 2014

(3 anos portanto!) a executar as seguintes medidas (sem terem acertado a taxa de juro, nem o prazo de pagamento na altura da assinatura, falando-se entretanto, no caso da União Europeia, de 5,7 % e de 13 anos, respectivamente, e no caso do FMI entre 3,25% para os primeiros 3 anos e 4,25% para os restantes 7, mas cuja definição concreta apenas terá lugar no próximo Conselho Europeu de 16 e 17 de Maio!):

a) Política Orçamental – 2011

- Redução do défice para 5,9% do PIB;
- Aplicação rigorosa do Orçamento de Estado para 2011 e das medidas adicionais introduzidas até este mês de Maio;

b) Política Orçamental – 2012

- Redução do défice para 4,5% do PIB;
- Reduzir serviços da Administração Central e Local para poupar 500 milhões de euros;
- Provocar a mobilidade do pessoal;
- Rever esquemas de compensação e complementos remuneratórios;
- Reduzir os custos na Educação (mais mega-agrupamentos, menos pessoal e menos transferências para o ensino privado) em 195 milhões de euros;
- Garantir a redução da massa salarial da Função Pública;
- Limitar as admissões na Administração Central (fazendo cair o emprego a 1% ao ano) e na Administração Local e Regional (diminuindo o emprego a 2% ao ano) tanto para 2012 como para 2013;
- Continuar o congelamento dos salários no sector público;
- Reduzir as transferências para a ADSE, ADM e SAD (no caso da ADSE em 30% em 2012, mais 20% em 2013 e os restantes 50% até 2016);
- Reduzir o Orçamento da Saúde em 550 milhões de euros;
- Reduzir as pensões acima de 1.500 euros com os mesmos critérios das reduções salariais de

2011 (poupança de 445 milhões de euros);

- Suspender as regras de indexação das pensões e congelar as pensões (excepto as mais baixas) tanto em 2012 como em 2013;
- Reforma do subsídio de desemprego (poupança a médio prazo de 150 milhões de euros);
- Redução de transferências para a Administração Local e Regional (menos 175 milhões de euros);
- Redução de custos noutras entidades públicas e empresas públicas (menos 625 milhões de euros);
- Redução permanente de despesas de capital ou seja, no investimento (500 milhões de euros);
- Redução das deduções e regimes especiais do IRC (ganhos de 150 milhões de euros);
- Redução das deduções do IRS, aplicação do IRS a todas as transferências sociais e convergência das deduções entre pensões e salários (ganhos de 300 milhões de euros);
- Aumento do IMI e redução dos prazos de isenção (ganhos de 250 milhões de euros);
- Aumento da receita do IVA, com alteração de categorias, redução de isenções e diminuição da diferença de taxas nas Regiões Autónomas (ganhos de 410 milhões de euros);
- Aumento do imposto sobre veículos, tabaco, gás e electricidade (ganhos de 250 milhões de euros);
- Combate à fraude e evasão fiscal (ganhos de 175 milhões de euros);

c) Política Orçamental – 2013

- Cortes na despesa da Administração Central (500 milhões de euros);
- Mais mega-agrupamentos (poupança de 175 milhões de euros);
- Cortes nas transferências para a ADSE, ADM e SAD (poupança de 100 milhões a juntar aos 100 milhões de 2012);
- Cortes na saúde (menos 375 milhões de euros);
- Cortes nas transferências para a Administração Local e Regio-



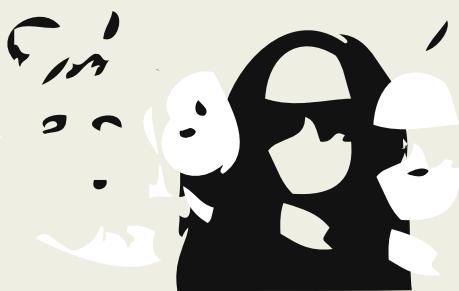
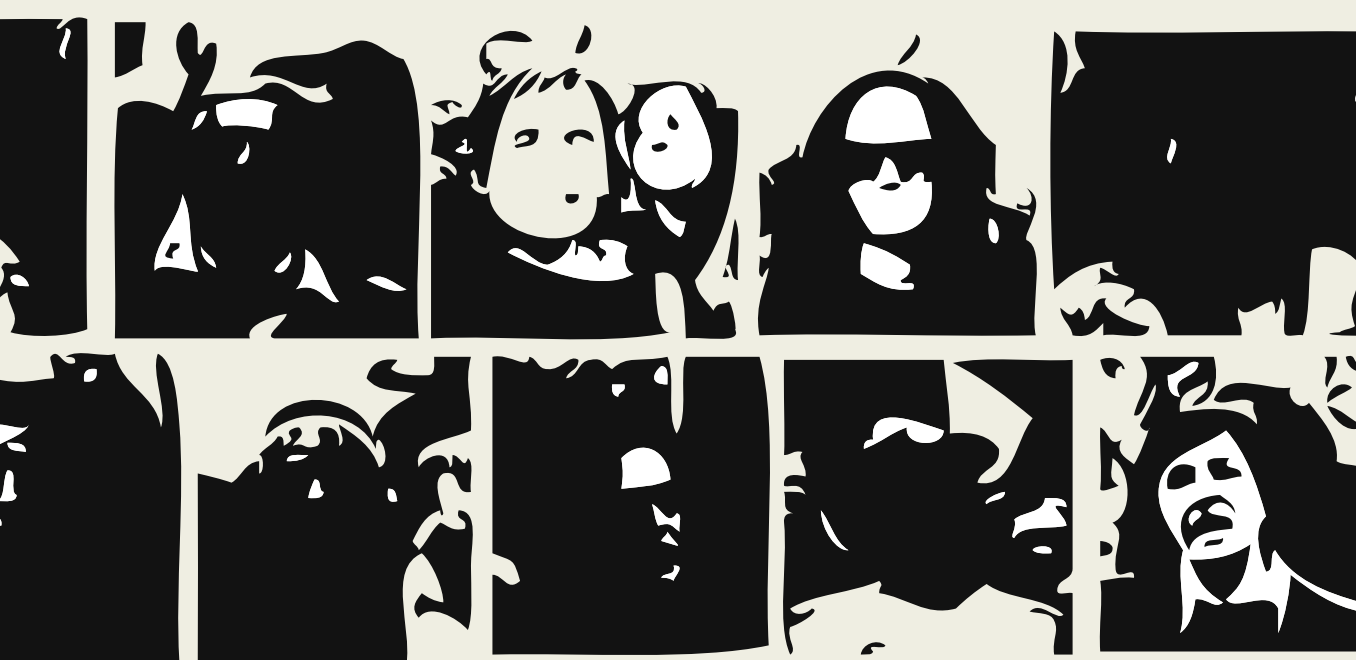
nal (menos 175 milhões de euros);

- Cortes noutras entidades públicas (menos 175 milhões de euros);
- Cortes nas despesas de capital, ou seja, no investimento (menos 359 milhões de euros);
- Cortes nos apoios sociais (menos 350 milhões de euros);
- Redução de deduções no IRC (150 milhões) e IRS (175 milhões);
- Aplicação do IRS a todas as transferências sociais (150 milhões);
- Aumento do imposto sobre veículos, tabaco, gás e electricidade (ganhos de 150 milhões de euros);
- Actualização do valor matricial das casas (ganhos de 150 milhões de euros);

d) Política Orçamental – 2014

- Aprofundamento das medidas de 2012 e 2013.

Este gravíssimo conjunto de medidas no plano orçamental é completado com intervenções no sector judicial e no sistema bancário (aumento da sua liquidez e dos rácios de solvabilidade, privatização parcial da CGD, venda ao desbarato do BPN), com mais privatizações (EDP, REN, TAP, Sector de Carga da CP, entre outras), eliminação das golden-shares, impedimento de novas PPP (parcerias público privadas),



redução significativa do número de câmaras e de freguesias, aumento das taxas moderadoras na saúde, liberalização dos preços do gás, electricidade, serviços postais (com eliminação da isenção do IVA), entre muitas outras medidas mais específicas, revestindo algumas delas, como o impedimento da criação de novas PPP aspectos positivos: matérias como a melhoria dos instrumentos de regulação do estado, uma monitorização mais efectiva dos rácios de solvabilidade dos bancos e o reforço do fundo de garantia dos depósitos.

4.

Principais consequências do empréstimo

O cumprimento, por parte de Portugal, das condições draconianas previstas no memorando de entendimento com o FMI e a União Europeia irá lançar a economia portuguesa numa recessão prolongada (na melhor das hipóteses durante um período de três anos), que já está estimada num decréscimo do PIB em 2% este ano e no próximo.

Em primeiro lugar, as condições de vida dos portugueses irão sofrer um rude golpe devido ao aumento do IRS (por via da redução das deduções e da sua extensão a todos os apoios sociais), ao aumento do IVA (seja pela subida

da taxa máxima, seja pela reorganização do cabaz repartido pela três taxas – 6%, 13% e 23%), às reduções de isenção e aumento do IMI, ao aumento e redução de isenções das taxas moderadoras, ao aumento dos transportes, do gás e da electricidade, entre outras medidas grandemente penalizadoras. A isto junta-se uma taxa de inflação crescente que poderá atingir os 4%.

Em segundo lugar, o congelamento do salário mínimo, o congelamento salarial (para além dos cortes!) e das progressões na Administração Pública, a redução das pensões acima dos 1.500 euros e o congelamento da larga maioria delas, o desinvestimento brutal do estado na ADSE (50% em dois anos!) e os planos ainda pouco claros de mobilidade de pessoal na Função Pública são medidas que um impacto profundamente negativo na vida de milhões de portugueses.

Em terceiro lugar, a redução de serviços na Administração Pública Central, Regional e Local (a que se junta a eliminação pura e simples de uma fatia significativa das câmaras e juntas de freguesia!), as enormes limitações à

admissão de pessoal na Função Pública e a quebra brutal do investimento público irão contribuir de forma muito significativa para o aumento do desemprego, que poderá atingir valores absolutamente catastróficos em 2013/14 (perto dos 15%!).

Em quarto lugar, o esvaziamento da contratação colectiva, a desvalorização do trabalho extraordinário, a imposição do banco de horas, o alargamento dos motivos para o despedimento individual, a redução das indemnizações por despedimento, a redução do subsídio de desemprego (em tempo e em valor) e a descida da taxa social única (pondo em risco a segurança social se não for encontrada uma alternativa credível, que será bastante penalizadora, e que será sempre um verdadeiro corte salarial!) constituem-se como um conjunto de medidas que colocam o país praticamente fora de um processo de coesão social.

Em quinto lugar, a insistência nos mega-agrupamentos, na revisão curricular, na alteração do modelo de gestão das unidades de ensino (já é difícil utilizar a palavra escola tal o terramoto que sobre ela se tem abatido constantemente!), à semelhança da gestão praticada nas unidades hospitalares, provocarão um aumento brutal do desemprego entre os professores, uma degradação das suas condições de trabalho e uma resposta cada vez menos eficaz às

necessidades do país no plano da educação.

É preciso que o futuro nos pertença!

Esta grande crise do capitalismo, ao contrário de todas as que a antecederam, não está a ser resolvida através de uma guerra clássica. No espaço europeu, cujos países periféricos, como Portugal, estão numa situação de agonia económica e financeira e em crise política permanente, existe mesmo uma situação de paz generalizada, mas matizada por uma gritante anomia. A União Europeia não tem objectivos, a não ser a sobrevivência individual de cada um dos seus estados, apesar de 17 dos seus 27 países membros partilharem a mesma moeda.

Se não houver um novo impulso europeu, marcado pela solidariedade e coesão social, pela resistência e luta contra o agiotismo internacional, a moeda única implodirá e a Europa voltará a enfrentar todos os seus fantasmas dos últimos séculos: um espaço de conflito económico, social e político que constituirá uma verdadeira regressão civilizacional.

E aí todos perde-

rão, mesmo aqueles que, como a Alemanha e a França, estão hoje a crescer por um lado, e a lucrar com os empréstimos agiotos que têm feito aos países em dificuldades como a Grécia e a Irlanda, por outro.

Nenhum dos povos europeus pode permitir que isso aconteça. Portugal, Grécia e Irlanda representam pouco mais de 5% do PIB europeu. Uma eventual mutualização da emissão de dívida por parte da União Europeia (os famosos *eurobonds*) não traria, por influência das dívidas destes três países, quaisquer custos acrescidos significativos para os grandes países europeus nos seus acessos aos mercados financeiros, mesmo tendo em mente a situação na Bélgica, em Espanha e na Itália. Infelizmente, esse não foi o caminho seguido até agora. Por isso, a solução imediata, no âmbito da União Europeia e do euro (e sair agora do euro seria um verdadeiro suicídio económico e social!), estará sempre na renegociação imediata da taxa de juro prevista para os 52 mil milhões de euros que a União nos vai emprestar (tudo indica a 5,7%!), e num reescalonamento da nossa dívida em termos de prazo e de montantes de juro, com a caução do BCE. Para isso, é preciso que a Europa perceba rapidamente que emprestar dinheiro a juros agiotos, que servem para pagar outros empréstimos, só pode levar ao aniquilamento das economias mais frágeis e ao afundamento do espaço europeu enquanto tal. Aí, o dólar terá ganho a sua batalha e a Europa deixará de ter voz significativa no contexto mundial, o que a mergulhará num retrocesso económico, social e político de enormes dimensões.

Com mais tempo para pagar a dívida, com a sua mutualização que permitiria juros

muito mais baixos e um regresso

mais rápido aos mercados financeiros, o pacote de medidas de consolidação orçamental poderia ser muito menos agressivo para os trabalhadores e o crescimento económico uma realidade.

Cabe-nos intervir neste processo, através da participação e da luta contra a iniquidade das medidas que nos querem impor. Cabe-nos denunciar os ditames neo-liberais daqueles que estiveram na origem da crise, o capital financeiro, as suas agências de “rating” e os políticos de pacotilha sem autonomia nem discernimento. Cabe-nos encontrar a capacidade de unir todos os que não querem que os seus filhos e netos herdem uma sociedade profundamente desigual, sem coesão social e empobrecida do ponto de vista material e cultural. Aqui, neste rectângulo mais ocidental da Europa, mas também nos quatro cantos deste mundo global. ■

*Nota breve:

Durante a maquetagem da revista foi tornada pública a informação de que Portugal vai receber uma primeira tranche do empréstimo ainda neste mês de Maio, no valor de 18 mil milhões de euros, e que a taxa de juro média será de 5,1%, a sete anos e meio. Estas condições, agora definidas, tornam a situação de agiotismo referida no texto ainda mais gritante! Com efeito, uma redução de 5,7% para 5,1% na taxa de juro não compensa, antes agrava, as condições gerais do empréstimo se o período de pagamento não for de treze anos, como foi inicialmente ventilado, mas de apenas sete anos e meio!



Foto: Felizarda Barradas

O Futuro também depende de nós

• Luís Viana

Direcção do SPGL

Eis-nos imersos num verdadeiro dilúvio de discursos sobre o económico, o social, o político, que praticamente se esgota nos conteúdos do recente acordo celebrado com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a União Europeia, ou os tem como pretexto, pelo menos. Tudo isto apimentado, claro está, pelo ambiente de pré-campanha eleitoral que se caracteriza, como é já norma entre nós, pela espessa neblina em que o genuíno confronto de ideias e de projectos, a análise honesta das situações e dos problemas, o esclarecimento de políticas e projectos alternativos não têm qualquer papel de relevo. Salvaguardem-se as poucas e honrosas excepções ao degradante espectáculo a que somos obrigados a assistir diariamente, no ritmo frenético de parada e resposta que me fez aplaudir a tirada brejeira do eventualmente-candidato-a-ministro-das-finanças-do-próximo-governo, Eduardo Catroga (pois, aquela das discussões públicas).

Ora, uma vez que se não vislumbra a possibilidade de um qualquer cataclismo eleitoral que revolucione dramaticamente o panorama partidário actual, tomemos por garantido que as políticas a executar nos próximos anos estarão fortemente condicionadas pelo conjunto de orientações consagrado no documento.

É por isso que me permito a ousadia de um conselho: leiam o documento. É extenso, mas leiam-no. Considero essa leitura um imperati-

vo cívico, além de um gesto de puro pragmatismo e sensatez. Sensatez, porque todos vamos ter de fazer contas – muitas. Imperativo cívico, porque é evidente que a concretização prática de muitas das medidas preconizadas há-de depender da correlação de forças que resultar das próximas eleições legislativas – não menosprezemos a nossa opção, o partido da abstenção nunca governou nem fez oposição – e, após elas, das forças que formos capazes de mobilizar para a defesa das soluções que considerarmos mais justas, ou menos injustas.

Suponho que todos nós, pacatos cidadãos, entendemos já que o futuro próximo trará uma panóplia de medidas que afectará as nossas condições de vida de uma forma muitíssimo séria.

Sem excessivos alongamentos, permitam-me recordar aspectos de impacto nos rendimentos como a redução das pensões acima dos 1500,00 euros, à semelhança dos trabalhadores da função pública no activo, o congelamento de salários e progressões, para estes últimos e não só, o agravamento de impostos como o IRS (alterações nas deduções específicas, cortes em benefícios fiscais, etc.) e o IMI (reavaliação periódica do valor dos imóveis visando a aproximação aos valores do mercado), de impostos sobre o consumo, como automóveis e tabaco, o reposicionamento de produtos nos escalões do IVA (ninguém tem a intenção de aumentar as taxas do imposto, apenas se pagará 13 por cento quando antes se pagava 6, ou 23 quando antes se pagava 13, as taxas não aumentam, portanto),

a extinção de isenções na factura energética (gás e electricidade), o aumento dos custos de saúde (taxas moderadoras, diminuição de comparticipações). A estes exemplos torna-se forçoso acrescer o já aceite como inevitável período de contracção económica que, articulado com a flexibilização laboral e com os já dramáticos números do desemprego, não pode augurar nada de bom.

Preocupado o bastante como cidadão, o que dizer como profissional da educação? O documento inclui algumas referências, nos capítulos de política orçamental e, além disso, um ponto no capítulo “Mercado de Trabalho e Educação”. Recortar um texto envolve sempre algum risco de descontextualização, ainda assim suponho ser útil a leitura dos excertos apresentados, uma vez que são suficientemente clarificadores quanto às políticas previsíveis em matéria de educação.

Política Orçamental em 2012

...

1.8. Reduzir custos na área da educação, com o objectivo de poupar **195 milhões de euros** racionalizando a rede escolar através da criação de agrupamentos de escolas, redução das necessidades de pessoal, centralização de aquisições e de redução e racionalização das transferências para escolas particulares com acordos de associação.

...

Política Orçamental em 2013

...

1.29 – Aprofundamento das medidas introduzidas na lei do orçamento de 2012 com vista a diminuir as

despesas nas áreas de:

- ...
- ii. Racionalização da educação e da rede de escolas: **175ME**;
- iii. Massa Salarial: reduções anuais de 1% por ano no número de funcionários da administração central e de 2% nas administrações regionais e locais;
- iv. Esquemas de saúde dos funcionários públicos: **100ME**;

...

1.9. Assegurar que a massa salarial do sector público como percentagem do PIB diminui em 2012 e 2013:

- Limitar as admissões de novos funcionários na administração pública para se conseguir reduções anuais em 2012 a 2014 de 1% por ano no pessoal da administração central e 2% na administração local e regional;
- Congelar os salários no sector do governo em termos nominais em 2012 e 2013 e constringer as promoções;

...

Política orçamental em 2014

...

1.35. Com a lei do orçamento de 2014, o governo irá aprofundar as medidas introduzidas em 2012 e 2013 com vista em particular a alargar a base tributável e moderar as despesas primárias de forma a conseguir um decréscimo do rácio de despesa pública no PIB.

...

4. Mercado de trabalho e educação

Mercado de trabalho

Objectivos:

...

Enfrentar o abandono escolar precoce e melhorar a qualidade de ensino secundário, ensino e formação profissional, com vista a elevar a qualidade do capital humano e facilitar a harmonização do mercado de trabalho.

...

Educação e formação

4.10. O governo continuará a actuar no combate ao défice educativo e ao abandono precoce e procurará melhorar a qualidade do ensino secundário e do ensino profissional, de modo a aumentar a eficiência no sector da educação, a melhorar a qualidade do capital humano e a facilitar a adaptação ao mercado de trabalho. Para alcançar estes objectivos, o governo.

- i. Criará um sistema de análise,

monitorização, avaliação e prestação de contas, de modo a avaliar com rigor os resultados e os impactos nas políticas de educação e instrução, nomeadamente no que se refere a planos já postos em prática (como os que se referem a medidas de poupança de custos, ensino profissional, políticas para a melhoria dos resultados escolares e para a diminuição do abandono escolar precoce). (4T 2011)

- ii. Apresentará um plano de acção para melhorar a qualidade do ensino secundário, através de (i) generalização de acordos entre o Governo e as escolas públicas, estabelecendo uma larga autonomia, com base numa fórmula que inclua critérios de evolução dos resultados e de prestação de contas; (ii) um quadro de financiamento baseado nos resultados para as escolas profissionais e privadas com contrato de associação, assente em financiamento fixo por turma associado a incentivos ligados a critérios de desempenho; (iii) reforço do papel da Inspecção Geral. (1T 2012)

- iii. Apresentará um plano de acção com o objectivo de (i) assegurar a qualidade, a capacidade de atracção e a importância do mercado de trabalho no ensino profissional e na formação através da cooperação com empresas ou outras instituições; (ii) melhorar os mecanismos de orientação profissional para estudantes do ensino profissional. (1T 2012).

...

Uma primeira constatação é a de que os objectivos traçados consolidam políticas já perspectivadas pelos governos anteriores, ou mesmo já em curso, com realce para o combate ao abandono escolar precoce, o incremento de qualidade do ensino secundário, a maior valorização das vias de ensino profissionalizantes, com um relacionamento mais estreito com o mundo do trabalho. Também a instituição de uma prática sistemática de avaliação das escolas não constitui novidade, embora mereça uma atenção particular, além dos moldes em que essa avaliação se processa, a eventualidade de o financiamento das escolas/agrupamentos se relacionar directamente com a evolução dos respectivos resultados, o que poderá coarctar a capacidade

de o sistema responder de forma adequada, mormente em contextos mais desfavorecidos e estrangular a prometida “larga autonomia”, que se saúda!

O princípio da racionalização de recursos, difícil contestação em si mesmo, aponta fundamentalmente em dois sentidos complementares. Em primeiro lugar, o do redimensionamento da rede escolar, com a criação de novos agrupamentos e o fecho de mais escolas. Em segundo lugar, o da diminuição das necessidades de pessoal, que envolve tanto o pessoal docente como o não-docente. Tanto num caso, como no outro, também não parece haver contradição com as desenvolvidas no passado próximo. Existia já promessa de criação de mais agrupamentos e, se nos lembrarmos das orientações para a organização do próximo ano lectivo (organização dos horários dos docentes) e dos processos de revisão curricular dos ensinos básico e secundário, tudo se conjuga, de facto, para uma diminuição real do número de horários disponível nas escolas e agrupamentos.

Realçarei, finalmente, o prosseguimento da política de cortes orçamentais no âmbito da educação. Somando-se aos cortes já efectuados, prevê-se a impressionante soma de 370 milhões de euros nos próximos dois anos.

Claro está, a insistência na promoção da qualidade do serviço prestado – a palavra “qualidade” é omnipresente – pode, neste contexto, ter um encaixe difícil.

Os efeitos de muitos dos aspectos do acordo dependerão da forma como eles serão levadas à prática. Infelizmente, a experiência passada não nos permite, em boa verdade, uma atitude optimista. O desinvestimento na economia, aliado à depreciação da educação e formação das nossas crianças e jovens, pode ter um impacto no futuro do país – e das pessoas – muito além do que agora se imagina e se diz. Retomo uma ideia inicial: esse futuro também depende de nós. ■

Nota: este texto não foi escrito segundo o acordo ortográfico.

A crise portuguesa: que alternativas?

• Joaquim Jorge Veiguinha

Direcção do SPGL

Entre 1997 e 2007, o endividamento dos portugueses – dívida pública + dívida privada – passou de 135 mil milhões de euros para 439 mil milhões de euros –, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou apenas no mesmo período de 97 mil milhões de euros para 163 mil milhões de euros. Perante este cenário – em que a dívida privada é responsável pela maior parte da dívida total –, não adianta, como fazem alguns, desvalorizar o problema do endividamento do país ou, como fazem outros, reduzi-lo ao endividamento público. Não adianta também culpar exclusivamente a crise financeira internacional pela situação em que o país se encontra, embora esta tenha desencadeado um processo de endividamento – o resgate do BPN é sintoma dos efeitos desta crise e da gestão dolosa de uma instituição financeira a que se encontravam ligadas figuras dos governos em que Cavaco Silva era primeiro-ministro – que, no entanto, mergulha as suas raízes num modelo económico centrado no sector da construção civil que se esgotou e na desindustrialização do país.

Portugal é cada vez mais um país de serviços sem relação com o processo produtivo – serviços financeiros, hipertrofia dos circuitos de distribuição, com particular destaque para as megas-superfícies comerciais, grandes projectos imobiliários no âmbito do turismo de luxo – incapaz de sustentar os níveis de consumo privado a que uma parte da população, seduzida pelo crédito fácil propagandeado aos quatro ventos pela banca antes da crise, se habituou. A adopção da moeda única apenas contribuiu para agravar esta situação, pois favoreceu as importações de bens de

alto valor acrescentado, desincentivou a criação de novas indústrias e retirou quotas de mercado às actividades exportadoras tradicionais, de que se destaca a indústria têxtil. Uma coisa é certa, clara e inequívoca: Portugal possui actualmente uma moeda sobrevalorizada relativamente ao escudo, enquanto a Alemanha, principal responsável pela criação do euro, tem uma moeda subvalorizada relativamente ao marco, o que lhe permitiu apostar no crescimento das exportações sustentado, em boa parte, pelo endividamento de países que se encontram numa situação semelhante à de Portugal.

O modelo alemão não é a alternativa

Para alguns a alternativa para reduzir o défice e a dívida externas é uma aposta exclusiva nas exportações que deverão atingir 40% do PIB. O argumento baseia-se na cópia acrítica do modelo alemão, país que, aparentemente, melhor tem resistido à crise de endividamento. Certamente que se deve apostar no aumento das exportações, mas tal não deve ser feito, como aponta o modelo alemão, à custa da contenção da procura interna. Apesar de ser considerado exemplo e paradigma, este modelo revela grandes insuficiências. Alguns dados podem esclarecê-las: a Alemanha foi o país da ex-UE a Quinze que criou menos emprego, em que uma parte significativa dos empregos gerados foi a tempo parcial ou com remunerações muito baixas numa nação onde não existe salário mínimo, em que as convenções colectivas cobriam apenas 40% dos trabalhadores assalariados em 2008 e cujo crescimento médio anual entre 1996-2008 foi inferior à média da zona Euro (Fonte: *Alternatives Économiques*, Paris, Março 2011,



Foto: Stock.xchng

pp. 10-13). Neste sentido, apostar exclusivamente nas exportações – a tese de que, em Portugal, devem atingir 40% do PIB aponta neste sentido – não pode ser considerada uma real alternativa, pois está geralmente associada a medidas que tentam contornar os congelamentos e reduções de salários nominais que alguns querem estender ao sector privado. Um modelo de desenvolvimento sustentável não pode, portanto, limitar-se a promover as exportações, mas deve ter como componentes importantes, se não mesmo fundamentais, a substituição de importações e a dinamização da procura interna,

sem esquecer a reconfiguração das próprias exportações no sentido do aumento sustentado da sua composição tecnológica e, por conseguinte, do valor acrescentado.

A questão do endividamento

O pensamento económico dominante não se cansa de apregoar que a redução do endividamento deve fazer-se prioritariamente através do corte nas despesas públicas com o argumento de que um aumento da carga fiscal é insustentável. Os mesmos, porém, acabam por aceitar excepcionalmente que apenas os impostos indirectos devem ser aumentados. Ideia peregrina é a redução da taxa social única paga pelas empresas que deve ser compensada por um aumento do IVA para evitar a redução das receitas estatais, o que terá como consequência uma quebra das contribuições das entidades patronais para Segurança Social justificada com o habitual argumento do aumento da competitividade.

Ao contrário do que defendem as doutrinas económicas convencionais, cortes drásticos nas despesas públicas têm um efeito contractivo maior sobre actividade económica do que um aumento das receitas fiscais, já que contribuem para reduzir a procura interna e a taxa de emprego e, por conseguinte, para restringir a própria base de tributação de que dependem as receitas fiscais. No caso português, deparamos com uma enorme iniquidade fiscal que tem que ser combatida. Antes de tudo, os impostos indirectos – que recaem cegamente sobre todos os cidadãos independentemente do seu rendimento – são responsáveis pela maior parte das receitas fiscais, pelo que não podem continuar a ser aumentados sob pena de contribuírem ainda mais para a redução da procura interna. Existem, porém, medidas alternativas inexploradas. É necessário, antes de tudo, combater sem tréguas a evasão fiscal: 2% das empresas pagaram três quartos do IRC e um quinto da receita fiscal proveniente do IVA foi paga por apenas 46 contribuintes (Fonte: *Público*, 31. 3. 2011 e 1.04. 2011). Em segundo lugar, é necessário aumentar a progressividade fiscal – e não reduzi-

la como defende o movimento *Mais Sociedade* –, já que, na prática, com a estabilização dos impostos sobre o rendimento a partir de um determinado escalão, os rendimentos mais elevados – por exemplo, dos super-gestores, acabam, na prática, por ser tributados por uma *flat tax*. Em terceiro lugar, penalizar a transferência de lucros e outros ganhos para paraísos fiscais. Por fim, aumentar as taxas sobre a propriedade mobiliária e imobiliária, que são relativamente baixas em Portugal, e reintroduzir o imposto sucessório que foi abolido pelo governo PSD-CDS em 2003-2005. Existe, por conseguinte, uma margem, se bem que menor do que nos períodos de prosperidade, para o aumento das receitas fiscais, mas é necessária uma forte vontade e coragem políticas para a sua concretização. Uma coisa é certa: não podem ser os trabalhadores dependentes a sustentar a maior parte das receitas fiscais provenientes dos impostos directos.

Do lado da despesa, há que sobretudo reduzir as parcerias público-privadas que estão indissociavelmente ligadas a um modelo económico esgotado e cujos principais beneficiários têm sido os grandes *lobbies* da construção civil. É necessário também eliminar desperdícios e irracionalidades no funcionamento do aparelho de Estado no sentido da sua desburocratização, mas salvaguardando os serviços públicos essenciais e o Estado social, rejeitando todas as formas encapotadas de privatização da saúde e da educação – em que sobressai a ideia peregrina do movimento *Mais Sociedade* de que ambas devem ser pagas segundo o rendimento dos contribuintes – e preservando um sector de empresas públicas, em que se destacam as transportadoras, as fornecedoras de serviços básicos, como a EPAL, a Caixa Geral de Depósitos e a RTP. Deve rejeitar-se a liberalização dos despedimentos e os cortes salariais na função pública e no sector privado tanto pela iniquidade social que pressupõem, como pelos efeitos negativos que têm sobre o emprego e a actividade económica. Em contrapartida, deve apostar-se na inovação tecnológica e na requalificação da força de trabalho, de modo a aumentar a pro-

ductividade cujos frutos devem ser repartidos equitativamente entre os trabalhadores e os empresários.

Uma outra Europa

Um projecto destinado a superar a crise portuguesa não pode ser dissociado do contexto europeu. A ausência de uma verdadeira união económica transforma a união monetária num potenciador de fracturas sociais que têm a sua expressão mais evidente e sintomática nos diferenciais das taxas de juro, nas pressões das agências de *rating* sobre os países mais debilitados e em políticas capitaneadas por um Banco Central Europeu que defende a estabilidade monetária em detrimento do emprego, como o demonstra o recente aumento das taxas de juro directoras, aumento inaceitável porque a subida da inflação na Europa não resultou de um excesso de procura, mas de um aumento dos preços das matérias-primas. Com estas medidas, o BCE arrasta a Europa para uma situação de estagflação, semelhante à que se verificou nos anos 70 do século passado.

A harmonização fiscal e o princípio da solidariedade financeira através da emissão de euro-obrigações que permitam uma partilha por todos das dificuldades dos mais débeis é imprescindível, já que, alguns países, de que se destaca a Alemanha, foram claros beneficiários do endividamento dos outros, apesar dos “truques” nas contas públicas gregas, das falências bancárias da Irlanda e do “gastar agora e pagar depois” do modelo consumista português. Em suma, apenas uma Europa centrada no reforço do princípio da coesão social e da solidariedade política poderá superar os egoísmos nacionais que constituem actualmente o principal obstáculo à superação de uma crise que já não é apenas uma crise económica, mas tende cada vez mais a transformar-se numa crise social, política e até dos próprios valores democráticos, como é demonstrado pela preocupante vaga de xenofobia que percorre diversos países do velho continente e pelo reforço dos partidos da extrema-direita na Bélgica, na França, na Itália, na Holanda, na Áustria, na Hungria e na Escandinávia, só para citar os casos mais emblemáticos. ■

O MEMORANDO DA *TROIKA*:

Nada pelo progresso da economia, tudo contra quem trabalha ou está desempregado

(uma nova Contra-Reforma?)

• **António Avelãs**

Presidente do SPGL

Quem sujeitasse o texto do memorando assinado entre o Governo e a “*troika*” (FMI/FEEF/BCE) a uma análise mais ou menos lógica seria levado a concluir que os responsáveis pelo descalabro financeiro e económico a que o país foi levado seriam antes de tudo os trabalhadores, os desempregados e os que se vêem na necessidade de receber prestações sociais. Em nome de que todos temos de contribuir para a saída da situação de bancarrota em que nos encontramos, sujeitam-se “os do costume” a “tratos de polé” tomando, em contrapartida, todas as medidas necessárias para “proteger” os bancos e os grandes grupos económicos, como se eles fossem as vítimas e os trabalhadores os culpados.

O ataque lançado pelo “memorando” pretende por um lado reduzir os custos do trabalho, com

a argumentação de que há que aumentar a competitividade; para atingir tal objectivo propõe-se a alteração da legislação laboral e a revisão da constituição; por outro lado traça-se o objectivo de reduzir o campo de intervenção dos sindicatos.

Convém que tenhamos plena consciência do conteúdo que, nestas matérias, está firmado no memorando, devendo pois constituir “obrigações” para um qualquer futuro governo.

Assim aí estabelece-se:

- “*O OE (orçamento de Estado) de 2012 incluirá a recalibração do sistema fiscal com vista a diminuir os custos do trabalho e aumentar a competitividade*”

- garantir que a massa salarial do sector público (em % do PIB) se reduza em 2012 e 2013, o que é alcançável reduzindo o emprego em 1% na administração central e 2% na administração local e regional; congelando os salários no sector público em 2012 e 2013;

limitando as progressões nas carreiras.

- Reduzindo as pensões superiores a 1500 Euros, e congelando-as todas. Com excepção das mais baixas.

Ou seja: pelo menos até 2013 o que nos é imposto é o congelamento salarial, o bloqueamento das progressões e o corte nas pensões, elas também “congeladas”. Mas verdadeiramente obsceno é o que a “*troika*” impõe quanto à protecção no desemprego, aliás apresentado sob a capa melíflua e insidiosa de reformas e protecção ao trabalho:

“*reforma do subsídio de desemprego*”

- “*rever o sistema de benefícios dos desempregados visando a redução do risco de desemprego de longa duração; “reformular a legislação de protecção do emprego (...)” melhorar a competitividade das empresas e uma evolução dos custos do trabalho consistente com os níveis de cria-*

ção de emprego; assegurar boas práticas e recursos apropriados para a implementação de políticas activas de emprego”.

Mas sob a bondosa capa de protecção ao trabalho”, a “troika” propõe:

- a redução da duração máxima do subsídio de desemprego para um limite de 18 meses (para já, não aplicável aos actuais desempregados); a limitação do subsídio de desemprego até 2,5 do Indexante de Apoio Social (IAS) e uma redução gradual dos subsídios após 6 meses de desemprego. (estas medidas só se aplicam de imediato aos novos desempregados. Mas em 2012 tudo poderá ser diferente).

Este ataque brutal a quem caiu no desemprego, é ligeiramente mitigado pela “redução do período necessário de contribuição para a segurança social para acesso ao subsídio de desemprego (baixa de 15 para 12 meses) e pelo alargamento do acesso ao subsídio dos trabalhadores por conta própria que prestam serviços para uma única empresa, numa base regular.

A proposta da troika não só diminui o apoio nas situações de desemprego, como facilita e embaratece os despedimentos. Também aqui, a linguagem meliflua não esconde os brutais alcances das medidas: “introdução dos ajustamentos para os casos de despedimento individual justificado (...)”; os despedimentos individuais relacionados com a desadaptação do trabalhador deverão tornar-se possíveis mesmo sem a introdução de novas tecnologias e de mudanças no mercado de trabalho”; poderão ser motivo de despedimento “situações em que o trabalhador acordou com o empregador determinados objectivos que não cumpriu exclusivamente por sua responsabilidade”.

Se se torna mais fácil despedir, torna-se também muito mais barato! Num primeiro momento só para as novas contratações, mas num futuro próximo (em 2012) para todos os trabalhadores, a

indemnização por despedimento passa do valor actual de 30 dias por cada ano de trabalho para 10 dias (com 10 dias adicionais pagos pela entidade patronal) com um limite de 12 meses! Resta sublinhar que o “fundo” a que a entidade patronal poderá recorrer para pagar a sua parte no despedimento não está minimamente garantido porque, embora aprovado em Março, os patrões se recusam a financiá-lo.

Outras medidas, não sendo tão emblemáticas, não deixam de contribuir para este objectivo de “embaratecer” o trabalho, acentuando o desequilíbrio entre a parte da produtividade atribuída ao trabalho e a parte atribuída ao capital, agravando ainda mais uma situação de injustiça social que é já hoje muito grave. Estão neste âmbito a redução do pagamento do trabalho extraordinário e o condicionamento do aumento do salário mínimo.

Para impor estas medidas de esbulho salarial e de direitos há que enfraquecer a contratação colectiva, pelo que o memorando preconiza “fomento dos conselhos de empresa de, à margem dos sindicatos”, estabelecer acordos em empresas acima de 250 trabalhadores e depois do 1º trimestre de 2012 abaixo desse número.

Se estas são as medidas impostas pelo “troika”, no que respeita à área do trabalho, convém analisar os pressupostos político-ideológicos que as sustentam. Socorrer-me-ei de algumas ideias e afirmações produzidas pela jornalista São José Almeida em artigo intitulado “A Contra-Reforma”, inserto no “Público” de 14 de Maio passado. Diz a jornalista: “O programa de intervenção na economia e na sociedade portuguesa elaborado pela troika presidida pela Comissão Europeia é mais do que um programa destinado a recuperar a economia. É, sobretudo, um programa ideológico de inspiração neoliberal pura que impõe administrativamente uma inversão das concepções de organização sócio-económica que vigoram em Portugal fruto

do processo de democratização pós-25 de Abril”. Nele, nada se identifica com linhas de um desenvolvimento económico. Embora a inevitabilidade que lhe é associada pela propaganda seja fictícia, tudo foi traçado para impor uma psicose do medo e da insegurança “que pretende anular qualquer resistência ao não dar espaço à discussão de alternativas. E transformando em factos simples opiniões de um dos lados do debate político-ideológico. Escreve a jornalista: “Assim, é paradigmático o que é determinado no domínio da legislação laboral. Nomeadamente, a imposição de uma forma de despedimento por inadequação ao posto de trabalho mais não é do que uma forma de contornar legalmente o conceito constitucional de despedimento sem justa causa, que assim é anulado na prática.” Esta medida, sublinha a autora, tenderá a penalizar os mais velhos, não porque se adequem menos, mas porque ganham mais... A garantia do direito ao trabalho é pois fortemente penalizada. Por outro lado, sublinha São José Almeida, “o aumento do desemprego está anunciado”. E conclui: “Até porque (o aumento do desemprego) permite quebrar a resistência das populações, pela insegurança da sobrevivência, pelo aumento do medo da pobreza”. Ou seja, através do desemprego quebra-se a força reivindicativa dos sindicatos e das lutas reivindicativas dos trabalhadores.”

São José Almeida compara o memorando da troika a um “missal do Novo Catecismo da Contra-Reforma” anunciando um paraíso de leite e de mel assente na pavorosa degradação social que vai provocar.

Resta-nos porém saber que os ventos da Contra-Reforma, por mais perniciosos que tenham sido, acabaram vencidos pela Razão, pela luta e progresso dos povos. É essa a tarefa dos sindicatos: resistir, denunciando a degradação e os crimes anunciados, mas sobretudo acreditando que é possível construir um outro futuro e dando passos decisivos nesse sentido! ■



Escola de Dança do Conservatório Nacional

“Faça-se justiça” entre a necessária frieza do discurso e a sensibilidade do gesto

Criatividade, capacidade de distanciamento e, mesmo, trabalhar o carácter dos jovens, são alguns dos ganhos da participação do 10º ano da Escola de Dança do Conservatório Nacional no Programa “Faça-se Justiça”, um projecto implementado pela Revista Fórum Estudante. Ganhos realçados pelos professores Paulo Ferreira, de Português, e Sandra Correia, de Técnicas de Dança Contemporânea, em conversa informal em que deram conta do que foi o envolvimento e de como decorreu todo o processo de participação neste projecto, o impacto, para os alunos, de se verem confrontados com uma encenação muito real. Num caso, imaginado, de “violência no namoro”.





FOTO: Revista Fórum Estudante



EI – Porque é que decidiram aderir a este projecto da Fórum Estudante?

Paulo Ferreira – Antes do mais, o facto de este projecto colocar os alunos numa situação real – dentro de uma sala de tribunal, com um verdadeiro juiz – pareceu-nos muito interessante. O facto de ser muito real, muito concreto, dava um impacto ao projecto que, normalmente, nas simulações, se perde. Este, um primeiro aspecto a destacar.

Por outro lado, fomos muito bem acompanhados pela revista Fórum Estudante que começou por fazer uma acção de formação aos docentes, sobre os conceitos básicos que iam ser postos em jogo – nomeadamente ética, justiça, direito.

Todos esses conceitos foram depois explorados nas aulas, com os alunos, em conjunto com um discurso argumentativo. Que faz parte do programa do Ensino Secundário. O que foi útil, porque nem sempre os alunos conseguem perceber a importância do discurso argumentativo e, sobretudo, para muitos

deles, o facto de se utilizar o discurso argumentativo, parece não ser qualquer coisa de palpável, de concreto. Em geral não se apercebem da importância da sua utilização social. A possibilidade de intervir, de se defenderem, de utilizarem em seu favor uma argumentação bem construída. Foi sobretudo a esse nível que trabalhámos.

Como foi escolhido o tema?

Paulo Ferreira – O projecto inclui vários grandes temas, que foram votados pelos alunos. Um caso de *bullying*, um caso de *graffiti*, um caso de racismo, um caso de nacionalidade, um caso de violência no namoro. Os alunos, depois de terem lido as sínteses descritivas de todos estes casos, na revista Fórum Estudante, escolheram o de violência no namoro. Tinham-se já realizado algumas acções de sensibilização em relação a essa questão, mas nenhum projecto concreto.

Como decorreu o processo?

O processo não foi difícil. Como disse, houve um bom acompanhamento por parte da revista Fórum Estudante. Na acção de formação, dedicada exclusivamente aos professores, fomos preparados em relação à forma como deve-

riámos introduzir os conceitos, como deveríamos agilizá-los, torná-los aplicáveis às situações do quotidiano. Fomos igualmente bem elucidados sobre a forma como funcionava um tribunal, quais os diferentes papéis dos agentes do tribunal.

Assim – depois de uma escolha por votação – distribuíram-se os alunos pelos diferentes papéis. Todos os alunos da turma foram envolvidos.

A história já vinha elaborada. Uma situação específica de violência no namoro. A agressão por parte de um rapaz em relação à namorada, com dois murros e partindo o telemóvel. Depois, à volta disso, tivemos que construir uma narrativa, para que o processo pudesse ser desenvolvido em julgamento. Fomos buscar familiares, antecedentes da vítima, antecedentes do arguido. Ao desenvolver a situação de partida, acabámos por criar também personagens que inicialmente não existiam: nomeadamente a psicóloga, que acompanhou a vítima, outras testemunhas (amigos dele e dela).

É neste quadro que tentámos também desenvolver o discurso argumentativo, que é estudado no Ensino Secundário. Uma disciplina em que fornecemos aos alunos as premissas, as bases, os instrumentos para a sua criação e lhes são ensinados os diferentes tipos de argu-



FOTOS: Revista Forum Estudante

mentos, toda a espécie de argumentos que será possível desenvolver numa situação específica. E depois, o que fazemos, é aplicá-lo numa determinada situação – como foi o caso deste projecto.

Como foi o envolvimento dos alunos? Participaram bem? Gostaram?

Eles gostaram muito da ideia, do conceito. Acharam muito interessante participar num julgamento num verdadeiro Tribunal.

E, claro, a partir do momento em que estabelecemos contacto com a professora de Técnicas de Dança Contemporânea e se decidiu que iriam desenvolver também a ficção da história já no contexto da dança, ainda se sentiram mais motivados. Porque, deste modo, partiram para um outro grau de abstracção.

No quadro das aulas de Português trabalhavam no concreto, no estudo do discurso, nos recursos discursivos, na técnica da argumentação, como é que iam fazer, conforme os papéis (e claro que se viram confrontados com a situação de quererem defender o amigo e, sem querer, estar a acusá-lo...). Também se colocaram questões de ética. Aliás, fomos acompanhados por uma advogada-tutora, indicada pela revista mas que faz parte da Ordem dos Advogados, e que veio à escola por duas vezes para fazer uma simulação do julgamento. Indicava o que estava bem e o que estava mal, o que se podia fazer e o que não se podia fazer dentro do Tribunal e se aquilo iria resultar ou não e porquê.

Como professor, sentiu alguma mudança nos seus alunos? A nível de consequências práticas na área do português, da ética e, eventualmente, de comportamentos?

Senti logo uma mudança importante no conhecimento do que é a justiça e a sua aplicação. A maior parte deles, no início, tinham uma postura muito aguerri-

da e agressiva em relação ao agressor, mas não tinham a consciência de como é que aquilo se poderia converter numa discussão acerca da violência, acerca da legitimidade ou ilegitimidade de certas acções e comportamentos. Também não tinham conceitos bem definidos sobre o que é o direito, ou o dever. E ficaram com uma ideia mais clara sobre essas noções.

Por outro lado, ficaram surpreendidos com o peso da justiça. Penso que isso terá sido, para eles, o que assumiu mais importância – aperceberem-se que a justiça não é um jogo, não é leviandade. Porque constantemente ouvimos – a justiça não presta, a justiça não cumpre, a justiça não faz – e eles aperceberam-se que realmente a justiça é uma coisa muito séria, mas muito pesada. Que obedece a uma tramitação, a procedimentos, que eles desconheciam.

Penso que terá havido alterações na atitude. Passaram a ter uma noção do grau de responsabilidade social. Isto é – daquilo que nós, na sociedade, podemos ou não fazer e das repercussões que isso pode ou não ter na nossa vida e na dos outros.

No final, fizemos uma avaliação e foi isto que foi mais referido pelos nossos alunos.

Considera que o balanço do projecto é positivo?

Muito positivo. Fizemos uma viagem por um mundo para eles desconhecido – como aliás, felizmente, para a maioria dos cidadãos – que é o mundo dos tribunais. E fizemos também uma viagem pelo conceito da violência no namoro e da violência nas relações. A APAV veio à escola fazer uma acção de formação sobre a violência no namoro. Consultámos uma série de documentos, sites, etc., para também termos alguma documentação sobre a questão.

Penso que foi bastante enriquecedor. Quer ao nível humano – pelo facto de terem contacto com essa situação –,

quer ao nível mais formal, pelo trabalho desenvolvido.

Falando agora da componente artística do projecto. Como surgiu a ideia?

Sandra Correia – A ideia partiu do professor Paulo Ferreira, que falou comigo, me perguntou se eu acharia interessante fazer uma parceria, um trabalho conjunto em torno deste tema. A mim pareceu-me muito interessante. Não sabia muito bem como conjugar tudo – porque a disciplina que lecciono é uma disciplina nuclear na escola e portanto exige muito trabalho – mas resolvemos começar a trabalhar.

A questão que então se colocou foi se teria que trabalhar mesmo sobre aquela história concreta ou se poderíamos simplesmente abordar o tema.

A opção foi abordar o tema. Embora



nalgumas situações se faça ligação à história, tentámos sobretudo abordar o tema. A primeira parte do processo de elaboração da coreografia teve como base o namoro. A segunda, a violência no namoro. E termina-se com a consequência – mas sem encenar o tribunal. Foi essa a nossa linha de trabalho. Procurar movimentos que tivessem a ver com o tema. Explorar, ao nível das emoções, movimentos que pudessem sugerir essas várias fases. Participaram todos os alunos da turma. Com bastan-



Música original, com estilhaços de vidro

Para a segunda parte da coreografia foi composta música original, da autoria do músico José Manuel Tavares, acompanhador das aulas de dança. Sandra Monteiro descreveu, em breves palavras, o processo desta participação criativa.

A escolha das músicas para a coreografia passou por uma conversa inicial sobre o tema, em que decidimos trazer algumas músicas de casa. Ouvimos assim várias músicas. E escolhemos em conjunto.

A primeira parte era relativa ao namoro e ao ciúme e optámos por uma música já feita. Depois, em relação à violência – e uma vez que estávamos também a usar algumas aulas para trabalhar o projecto – lembrei-me do José Manuel Tavares, que é o acompanhador nas nossas aulas, e também compõe música. E propus-lhe – “se te parecer interessante e quiseres colaborar no projecto, podias compor uma música para a dança”. E disse-lhe mais ou menos o que é que eu gostaria – algo muito forte, talvez com estilhaços de vidro, sons que pudessem ser um pouco agressivos.

Assim foi. O José Manuel Tavares foi fazendo algumas experiências. Escolhemos uma versão. Ele depois trabalhou-a.

Esta parte da coreografia foi trabalhada sobre essa música. Os miúdos estão habituados ao processo criativo dos acompanhadores. Que também compõem, fazem adaptações, no próprio momento.

te entusiasmo.

Foi muito interessante, principalmente nos primeiros ensaios. Todos eles queriam participar e dar ideias. Apesar de termos tido que recorrer também a trabalho extra, para além das aulas que destinei ao projecto. Por exemplo, aos fins-de-semana. Eles aderiam bem a este trabalho extra.

Aproveitou muitas ideias deles?

Sim. Bastantes. Lecciono técnicas de dança e tenho naturalmente que passar toda a informação correspondente. A ideia do projecto seria precisamente eles também aplicarem essas técnicas. Ou seja: não era eu indicar um movimento para eles fazerem, mas eles encontrarem os movimentos adequados. Perceberem, na prática, como, através do movimento, se pode expressar qualquer coisa.

Aliás, na dança contemporânea, muitas vezes há um tema, e é a partir desse tema que se elabora a coreografia. Penso que foi uma boa experiência para eles. Não estão ainda habituados, neste nível da escolaridade, a fazer esse tipo de trabalho. Por isso mesmo foi particularmente interessante.

Para as suas aulas mais normais, foi um contributo positivo?

Sim. Também. Apesar de às vezes ter que cortar um bocadinho do tempo de aula para poder ensaiar com eles.

No fundo é para isso que, depois, as aulas técnicas servem. Para eles aplicarem as técnicas aprendidas aos trabalhos que vierem a desenvolver, criar ou dançar.

Penso que esta experiência foi muito importante. No sentido da percepção de que não se está a fazer só um movimento – mas se está a fazer este movimento porque se quer expressar um sentimento – de zanga, ou de ciúme... Ou seja, dar intenção ao movimento. Eles nem sempre têm muito essa noção. Querem dançar, dançar – e não

pensam no lado emotivo, que convém desenvolver.

Como é que foi a distribuição de personagens, na coreografia?

Comecei por lhes perguntar se queriam manter as personagens que tinham inicialmente na história, nas aulas de Português. E alguns mantiveram mas outros mudaram de personagem.

O papel das personagens na coreografia variava um pouco. Nalguns momentos as personagens eram mais perceptíveis. Como se representassem *flashes* da história. E depois havia momentos em que eram muito mais representativas as emoções.

O trabalho em torno deste projecto tinha começado em Setembro, mas com a coreografia começou mais tarde, em Janeiro. A exibição da coreografia também foi mais tarde, a 4 de Abril, uma semana depois apresentação do caso em tribunal. Simbolicamente, a coreografia termina com todos em tribunal. Sem que se saiba qual a consequência. Fica como que em suspenso. Aquela imagem que é a constituição do tribunal, em que as personagens se inserem. E acaba aí – nesse momento de tensão, sem se saber mais. Alguma consequência terá, mas fica em suspenso.

E havia tensão nos alunos?

Penso que isso era sensível, na parte final. Quando é a parte do tribunal. Há ali uma pausa. Eles entram todos muito solenes. E sente-se aquele peso. Que no fundo era o que nós pretendíamos também que eles sentissem. Ou seja – que aquele acto vai ter uma consequência, que é uma coisa realmente séria. Não é um jogo.

Querem destacar alguma coisa, alguma história interessante?

Sandra Correia – Os ensaios foram sempre muito interessantes. O que eu queria é que eles conseguissem real-



FOTOS: Revista Forum Estudante

mente trazer coisas cá para fora. E falei-lhes logo nesse sentido. Disse-lhes: “não quero que isto seja uma coreografia minha, para vocês depois dançarem. Isto vai ser uma coreografia nossa. Construída nas aulas, com a minha supervisão”.

Penso que este foi um dos aspectos mais importantes do projecto. Eles perceberem o sentido dos gestos. E aprenderem a respeitar-se uns aos outros, e às ideias de uns e de outros.

Por isso, tentei sempre que todos participassem igualmente. Nem sequer havia um principal, havia três. Era a mesma personagem, mas ia rodando constantemente. Todos eles tiveram um papel bastante activo na coreografia.

Paulo Ferreira – Penso que aquilo que foi mais difícil para os alunos foi perceberem que não deveria haver, naquela circunstância específica, um envolvimento emocional. Deveria haver uma frieza e uma distância que são necessárias ao julgamento. E, neste projecto, eles foram confrontados com uma situação em que o seu testemunho implicaria ou, pelo contrário, afastaria hipóteses de defesa das personagens envolvidas no julgamento. Isso foi para eles um problema. Porque apresentavam-se no julgamento com o depoimento – “eu sou amigo do arguido” – e, na cabeça deles, tudo o que dissessem pesaria a favor do amigo. Quando subitamente começam a debitar discurso e o advogado começa a retirar desse discurso as partes com que demonstra que, afinal, estão a enterrá-lo em vez de o aliviarem, ficaram muito perturbados. Este projecto foi também particularmente importante noutra vertente – para trabalhar o carácter. E isso foi trabalhado na distribuição dos papéis. Não dar o papel principal a quem o pede, mas ver quem é que se adapta melhor a cada papel.

Sandra Correia – Para eles perceberem que podem ser bons sem se sobrepor aos outros. ■

Testemunho de Alunos

● Participar no projecto faça-se justiça foi interessante e educativo porque apercebemos que não é assim tão fácil quanto isso, é preciso muito trabalho e organização.

Georgina

● Eu acho que esta experiência foi bastante enriquecedora, porque nos ajudou a perceber como funcionam os tribunais; que até ao momento não tinha uma ideia clara.

Quanto à parte artística, a nossa coreografia, também foi uma boa experiência, foi divertido para nós e para os professores criar a parte da dança. Foi uma experiência divertida e enriquecedora.

Francisco Sebastião

● Participar no projecto faça-se justiça foi uma experiência bastante agradável, permitiu-me ‘olhar’ para a justiça de uma forma diferente.

Penso que despertou o interesse de todos os alunos e professores, unindo assim a justiça com a dança o que foi uma experiência enriquecedora para todos nós.

Teresa Pereira

● No segundo período, foi-nos pedida a nossa colaboração para um projecto com o tema “Faça-se Justiça”. Requeria duas experiências, dançar um tema de dança Moderna (Violência no namoro) e ir a um tribunal apresentar um caso como se fosse real.

Ao longo desta experiência foi-me possível alargar os horizontes e aperceber-me mais daquilo que realmente sucede hoje em dia. Foi uma experiência extremamente enriquecedora e pôs-me muito mais a par das vivências nos tribunais no mercado de trabalho.

A minha crítica para esse projecto é extremamente positiva e deixou-me extremamente motivada para participar. Foi uma experiência com bons resultados.

Catarina Aires

● Fiquei contente pelo professor de português, e nosso director de turma, ter escolhido a nossa turma para representar a nossa escola no “Projecto Faça-se Justiça”. Esforçámo-nos ao máximo para encarar as personagens da história que trabalhámos e penso que nos saímos bem. Acho que foi uma experiência bastante enriquecedora para o nosso curriculum dado que nos abriu portas para novos horizontes.

Beatriz Valentim

● Participar no Projecto “Faça-se Justiça” (Violência no Namoro) foi deveras gratificante, pois foi um despertar para uma realidade importante, para que jovens como eu conheçam o verdadeiro desenrolar de uma sessão de justiça, com o objectivo de no futuro ponderarem melhor as suas decisões e respectivas consequências. A coreografia “Violência no Namoro” beneficiou imenso o projecto, porque, não só o promoveu, como contou a sua história de uma forma única e bastante divertida.

Daniela Fachada

● Gostei muito, foi uma experiência enriquecedora. Espero que tenhamos conseguido, através da dança, transmitir a mensagem, de que nada se resolve com violência, mas sim se complica ainda mais e as consequências são dolorosas, tanto para o agressor como para a vítima.

Leonor de Jesus

● Eu acho que a experiência que o projecto Faça-se Justiça nos proporcionou foi ótima. Por um lado ficamos a conhecer a organização e o comportamento que se deve ter num tribunal... podemos trabalhar a história (violência no namoro) na disciplina de contemporâneo criando uma peça... e claro divertimo-nos muito em toda a preparação do projecto bem como no dia da audiência e apresentação da peça. Gostei muito da experiência e penso que deviam propor mais projectos como este!

Tiago Coelho

Fundações:



É este o caminho para defender a Universidade e o Ensino Superior em Portugal?

O desígnio da redução do défice público veio acentuar a desresponsabilização do Estado pelo financiamento do ensino superior público e apertar o espartilho do controlo do Ministério das Finanças sobre a utilização dos dinheiros públicos. Este facto tem deixado os dirigentes das instituições de ensino superior públicas, justificadamente, à beira de um ataque de nervos.

João Cunha Serra

Coordenador do Dep. do Ens. Sup. e Investigação

Que resposta deve ser dada a esta situação? Que propostas devem ser apresentadas pela academia e seus representantes ao poder político que irá sair das próximas eleições legislativas? Ou manter-se-á a academia, simplesmente, a preparar-se conformadamente para piores dias, ou a praticar o tradicional “salve-se quem puder”?

Para alguns, essa resposta já existe: bastará transformar as suas instituições em “fundações públicas, com regime de direito privado”. “Privado” é assim a palavra mágica. Ela permitiria subtrair a gestão das instituições às teias burocráticas tecidas pelos ministros das finanças e pô-las ao abrigo de “pilhagens” inopinadas, tanto dos saldos, como das próprias dotações do OE, via cativações. Como é fácil de ver, trata-se de uma pseudo-solução que comporta graves riscos, pelas seguintes razões:

1. Nem todas as instituições se encontram em condições de poderem aceder ao estatuto de fundação, atendendo às condições exigidas de peso relativo importante dos montantes dos orçamen-

tos privativos, face aos provenientes de transferências directas do OE, o que exclui, à partida, a maioria das universidades e certamente todos os Institutos Politécnicos, daí que este texto se refira sobretudo às universidades, não estando aqueles imunes, como é óbvio.

Mas, se a tal flexibilidade de gestão é tão importante para que as instituições do ensino superior cumpram cabalmente as suas missões, então é necessário garanti-la para todas as instituições e não apenas para algumas. Uma procuram desenrascar-se e as outras ficam entregues à sua sorte, tolhidas no seu desenvolvimento ... É isto racional?

2. Não é líquido que o financiamento atribuído pelo Estado às fundações não seja ele próprio reduzido, com o pretexto de que têm saldos, ou de que há verbas cativadas nas restantes instituições, não havendo aliás notícia de que os “dotes” prometidos na altura do “casamento” das actuais fundações com o Ministro, tenham também sido honrados, antes pelo contrário.

Mais grave do que isso: nada garante, nem que para isso se lembrem de alterar a lei, que as fundações, por serem politicamente encaradas como as instituições mais ricas e mais capazes de angariar financiamentos alternativos, não venham a ser entregues a si próprias, no que ao financiamento se refere, constituindo, para isso, um bom pretexto o facto de terem um regime jurídico de fundação, que a opinião pública, de forma crescente, não entende que justifique a necessidade de apoios directos do Estado, como aliás se tem visto nas críticas muito

generalizadas que se vão fazendo à proliferação de fundações “sem fundos”.

3. Na ânsia de fugirem ao espartilho do Estado, ganhando, no seu dizer, autonomia de gestão, os defensores das fundações parecem cegos perante o risco da perda de autonomia que resulta de submeterem as suas instituições à tutela dos governos, pela via da entrega da sua administração a delegados nomeados por aqueles.

Então já estão esquecidos e enterrados os motivos que levaram, no passado não muito longínquo, as universidades a lutarem por terem reitores eleitos e não nomeados pelos governos e por se livrarem da interferência do poder político nas orientações prosseguidas pelas universidades?

Que cultura universitária é a destes paladinos das fundações que lhes basta uma conjuntura adversa para, como resposta a ela, estarem dispostos a deitar pela janela toda uma tradição secular de independência e de autonomia das universidades que muito custou a conquistar e a manter a gerações e gerações de académicos, professores e estudantes?

Será possível que, lá porque não se vêem a eles próprios, enquanto gestores e dirigentes das instituições, a cederem a tentações de limitarem o princípio universitário essencial da liberdade académica, sem o qual não haverá Universidade, nem ensino superior digno desse nome, nem se vêem a submeter as suas instituições ao mercantilismo desenfreado da ideologia dominante, não compreendam que os homens e as mulheres vão passando e aquilo que hoje alguns gestores terão pudor em concretizar outros, a seguir, poderão

tomar como objectivo principal a concretizar, apoiando-se na "obra" herdada? Não é claro para estes colegas que a passagem a fundações ditas de "regime de direito privado" representa um primeiro passo no sentido da sua privatização total? Não saberão qual o verdadeiro tratamento que as actuais universidades privadas dão ao princípio "sagrado" da liberdade académica, ao manterem os docentes em contratos precários, ou em regime de "recibos verdes", quaisquer que sejam as respectivas qualificações? Que condições de liberdade de opinião e de orientação científica e pedagógica têm estes colegas? É possível uma verdadeira cultura universitária nestas condições? Não se percebe que a faculdade dada pela lei às fundações, de terem carreiras docentes próprias, comporta o grave risco, a prazo, da precarização dos contratos e da derrogação da estabilidade reforçada - a tenure - apenas concebível no âmbito de um contrato de direito público. É a estas "soluções" que se aceita levemente abrir caminho na Universidade Pública a troco de um "prato de lentilhas"?

É caso para perguntar: Onde está hoje o inconformismo universitário? Onde se encontra a disponibilidade para encarar as dificuldades com um espírito de luta, solidário e congregador, capaz de forjar alternativas e de lutar por elas? Fica aqui este desafio a todos os académicos e a toda a academia - docentes e investigadores; estudantes e restantes trabalhadores - mas, em especial, aos seus representantes institucionais, no CRUP e no CCISP: Porque não se trabalha seriamente para unir a academia em torno de uma proposta que coloque as instituições ao abrigo da interferência casuística e burocrática dos governos e lhes confira os meios necessários a que possam, com eficiência e eficácia, cumprir as missões que lhe são confiadas pela Sociedade, sem correrem o risco de serem forçadas a determinar-se por regras e objectivos mercantis e, simultaneamente, lhes permita o exercício de uma real autonomia, socialmente responsável, com duras exigências no âmbito da avaliação dos resultados da utilização dos dinheiros públicos e de uma rigorosa prestação de contas à Sociedade. Isto é possível, desde que se repudiem as tendências oportunistas e se trabalhe, seriamente, para unir a academia em vez de a dividir e a enfraquecer em lutas intestinas desgastantes, falhando, indesculpavelmente, o alvo. ■

Escola intercultural

Festival Internacional do teatro do Oprimido

A importância do diálogo, na metodologia do Teatro do Oprimido, foi um dos aspectos realçados na conferência que encerrou o Festival Internacional de Teatro do Oprimido, que decorreu entre 4 e 7 de Maio no Goethe-Institut, integrado no projecto "A Escola Intercultural".



O Festival contou com a participação de grupos da Alemanha, Bélgica, Bulgária, Croácia, França, Palestina, Portugal e Suécia e englobou espectáculos, mesas-redondas e workshops. Um conjunto de realizações confluindo para um mesmo objectivo: dar a conhecer uma metodologia, desenvolvida por Augusto Boal no Brasil em meados da década de 60 e hoje praticada em mais de 70 países por todo o mundo, em que a grande aposta é estimular os participantes a assumir-se como protagonistas e envolver-se na apresentação de soluções alternativas para o problema encenado.

E foi isso mesmo que aconteceu nestes dias no Goethe-Institut.

Questões e experiências diversas

Na conferência que encerrou os quatro dias do Festival, o envolvimento dos jovens – que “estão preocupados com o futuro” e “querem ser parte da sociedade” – foi particularmente valorizado. Um envolvimento tanto mais importante quando está em causa uma metodologia proporcionadora da construção de respostas alternativas e de “boas relações humanas”. Em que o saber ouvir, manter a abertura de espírito, são componentes fundamentais. E a aposta é “fazer a diferença”.

Nas diferentes apresentações de Teatro do Oprimido foram naturalmente diversas as questões e realidades abordadas. No grupo alemão esteve presente a problemática da imigração - o que é a integração, o que é viver num outro contexto, que estratégias para sair de um círculo vicioso.

O grupo palestino encenou a “arrepicante” situação de humilhação quotidiana vivida pelo povo palestino na sua própria terra.

A situação da mulher, os problemas que se mantêm, também no Ocidente, a luta contra os estereótipos e a importância de encontrar equilíbrios, foram mote da encenação organizada pelo grupo francês.

O grupo português agarrou entre mãos um tema particularmente importante e sensível para os professores: como lidar com um grupo de alunos desmotivado e indisciplinado. E surgiram propostas diversas. Falou-se da necessidade de apresentar as matérias de forma a interessar os alunos, “para que tudo seja mais perto da vida”. Ou ainda de responsabilização e de limites. Da dimensão social dos problemas que se vivem na escola. Da importância da partilha de experiências entre professores. Na perspectiva de como motivar para a mudança.

Essa, aliás, a óptica que atravessou as várias experiências apresentadas e as propostas e debates suscitados por cada grupo. Permeada de interpretações muito diversas. E da essencial valorização de diferentes formas de ver e pensar.

Dia 21 – apresentação de mais projectos de escolas

Dia 21 de Maio, foram apresentados mais alguns projectos interculturais implementados em escolas portuguesas. Uma iniciativa que vem na sequência da conferência de 18 e 19 de Fevereiro, com o objectivo de dar voz a mais projectos de escolas e proporcionar uma plataforma de troca de experiências e de debate.

Participaram, com a apresentação de projectos, a EB1 Carregado, a EB2,3 Avelar Brotero, Odivelas, o Agrupamento de Escolas de Apelação e a EB1 da Madalena. ■

Precariedade o nosso combate é decisivo!



Deolinda Martim
Direcção do SPGL

Com a precariedade abriram-se as portas às acções mais selvagens, à instalação do medo, que apoiado na destruição do humanismo, do respeito, da competência, da lealdade, serve-se do servilismo, da mediocridade, e da autocracia, para amordaçar os que desejem um vínculo de trabalho diferente, a sua realização profissional e humana.

Há cerca de três décadas, chegava a Portugal a receita mais implacável do neoliberalismo económico: a precariedade. Pela mão de Mário Soares, o primeiro ministro de então, ela começou por ser utilizada, em pequena escala, na função pública, assumindo-se aí com vários rostos: o do contrato a termo e o dos recibos verdes. Com a sede de mais e mais lucros, o capital cedo percebeu que aquele era um instrumento valiosíssimo para os seus objectivos: tornar mais barato o custo de trabalho e atingir a segurança social, o Estado Social! A pouco e

pouco vimos o crescimento das empresas de outsourcing, tendo hoje uma expressão tão grande que empresas públicas, como a PT, não terão mais que meia centena de funcionários efectivos nos seus quadros. Os restantes, a maior parte, muitas centenas, não são da sua responsabilidade, mas sim de outsourcings que os contratam mês a mês e lhes ficam com uma percentagem significativa do que seria o seu salário.

Mas como foi possível que os povos fossem aceitando a precariedade como vínculo laboral sem grande contestação?

Ela surge em países em que havia facilidade de mudar de emprego, em que os horários de trabalho podiam ser flexibilizados, em que a segurança social era muito forte, pois os seus contribuintes auferiam, em regra, salários altos quando comparados com os de outros países. Esta assentava na ideia política de permitir ao trabalhador maior liberdade de vida. Como já é hábito, em Portugal importam-se os modelos sem se criarem condições para que se aplique o original...! Esta foi uma opção propositadamente delineada, pois quem o importou sabia que cá os salários são baixos, os bons empregos escassos e que a nossa segurança social é muito frágil.

Alastrando-se, como uma erva daninha, chegou a todos os sectores, público e privado, levando consigo a insegurança, a transitoriedade, a incapacidade de projectar um futuro, destruindo a possibilidade reivindicativa, amarrada na incerteza de continuidade no posto de trabalho.

O discurso político foi, também ele, de forma estratégica, bem preparado e

criterosamente espalhado, pondo em causa regras de trabalho, conquistadas pelos trabalhadores ao longo de várias décadas e por muitas lutas sofridas, com perdas do seu próprio salário, atirando-se contra os sindicatos e contra as suas estruturas, acusando-os de se prenderem ao passado e de serem um entrave à mudança. Finalmente, com a alegação de que a lei laboral se encontrava muito dispersa, obsoleta e de que era difícil, por isso, de ser aplicada, refez-se o Código Laboral, que consolidou na lei muitas das intenções a que o patronato almejava. Redigido por um dos ideólogos do fascismo, resultou no maior ataque ao pilar fundamental dos trabalhadores e da sua unidade na luta, o ataque à Contratação Colectiva!

Quando revisitamos o percurso do Direito do Trabalho verificamos que, apesar de dividido entre uma função normativa e uma função de estabilizador social, a dimensão que marcava decisivamente o seu modo de ser era a protecção da parte contratual mais vulnerável, era a correcção do desequilíbrio relativo entre as partes. Ora, esta perspectiva, que nos parecia inabalável, começou no início dos anos setenta a perder nitidez, a ponto de hoje justificar que o fim último do Direito do Trabalho se situe na articulação com o dado económico, em geral, e com a política de emprego, em particular.

O primeiro Código de Trabalho, conhecido como o de Bagão Félix, transforma o empregador num benfeitor social que proporciona a outros a possibilidade de trabalharem. O trabalhador viu, assim, destruído o princípio de tratamento mais favorável e ficou atirado para o constante alastramento da



FOTO: Foxumon

instabilidade nas relações de trabalho e para os efeitos devastadores que se lhe associam.

As consequências do emprego precário não se ressentem apenas a nível individual, o que por si só já seria preocupante, mas projectam-se também no plano social. A par da incerteza remuneratória e da quebra de um estatuto profissional contínuo, a precariedade acarreta custos sociais de monta, alguns de diminuta visibilidade, mas nem por isso de menor gravidade: entre eles inscrevem-se, sem dúvida, a segmentação hermética do mercado de trabalho, a sobrecarga do sistema de segurança social, o aumento do risco de exclusão, a par da regularização da situação jurídica daqueles que ao longo dos últimos anos foram sendo admitidos irregularmente, através dos chamados "recibos verdes" para satisfação de necessidades permanentes dos serviços públicos e da proibição de recurso a formas de vinculação precária para satisfação de necessidades permanentes.

A precariedade pouco tem a ver com as necessidades ocasionais ou excepcionais de emprego ou com a natureza sazonal do mesmo. Na generalidade dos casos, é utilizada pelas entidades patronais dos diversos sectores de actividade como meio para não aplicarem a totalidade dos direitos consagrados nas convenções colectivas de trabalho, fugirem ao cumprimento das obrigações sociais e reduzirem os custos de trabalho. É esta a estratégia subjacente na política de substituição de trabalhadores com vínculo efectivo por trabalhadores precários, na utilização dos falsos recibos verdes; nos abusos na contratação a prazo; no recurso injustificado à subcontratação e ao trabalho temporário; no trabalho informal e clandesti-

no com graves consequências na concorrência desleal entre empresas e na diminuição de receitas para o Estado e para a Segurança Social.

Outros dos aspectos da precariedade é estar associada a um reduzido acesso à formação profissional e corresponder a menores possibilidades de progressão na carreira. A ausência de planificação das empresas, a desvalorização e a pressão constante a que os trabalhadores estão sujeitos, a incerteza e os riscos permanentes, estão muitas vezes associados a sentimentos de insegurança, baixo poder reivindicativo, a stress, fraca auto-estima e a depressões.

É uma realidade incontornável, que o fenómeno da precariedade da actividade laboral está relacionado com os movimentos globais – de natureza económica, política e legislativa – que estruturam tanto a economia mundial como a nacional. Mas é nossa obrigação contrariá-la, pois numa sociedade que assenta os seus pilares na dignificação do homem através do trabalho, a precariedade laboral significa, para além dos aspectos já referidos, um maior risco de rupturas sociais e familiares, de redução da sociabilidade e relação com os colegas, de empobrecimento dos rendimentos e do agravamento das condições de vida.

Ao contrário da precariedade, a estabilidade e a segurança no emprego têm efeitos positivos, não só na vida pessoal e familiar do trabalhador, mas também no incentivo à formação e ao crescimento da produtividade. As empresas são o conjunto dos seus traba-

lhadores e do seu património. Sem empresas não haveria trabalhadores, mas também sem trabalhadores não haveria empresas. Assim, para bem da economia, das pessoas em particular e da sociedade em geral, é necessária uma outra política que aposte num modelo de desenvolvimento assente no emprego estável, devidamente remunerado, com protecção social e que permita a conciliação familiar.

O homem é que dá vida, dá movimento ao património das empresas, sendo a sua força de trabalho imprescindível a estas. O conhecimento e a experiência dos trabalhadores, as suas capacidades de desempenho e a sua motivação, é que geram eficácia e são a chave do êxito das empresas que competem no contexto económico, social, político e tecnológico do nosso tempo.

A precariedade no emprego não contribui nem para o sucesso das empresas, nem para o desenvolvimento equilibrado do país, tanto no plano económico como social e torna cada vez mais distante o direito à participação, prejudicando profundamente o exercício da democracia, o que nos transporta para um dos combates políticos e económicos decisivos no nosso tempo, sob pena do totalitarismo do capitalismo nos deixar sem voz e completamente escravizados! ■



Lutas

19 de Maio . 19 de Maio . 19 de Maio . 19 de Maio . 19 de Maio



O 1º de Maio deste ano ficou fortemente marcado pelo apelo à luta contra os termos do acordo entre o Governo / PSD / CDS e a troika capitaneada pelo FMI. Apelo que viria a ter respostas escassas semanas depois, a 19 de Maio, com duas grandes manifestações, uma em Lisboa e outra no Porto.

Os professores e o SPGL estiveram presentes no 1º de Maio e tiveram uma expressão animada e de grande combatividade na Jornada de Luta do dia 19 num percurso longo e difícil que juntou milhares de trabalhadores rumo ao jardim frente ao palácio de Belém. Uma mensagem de denúncia do verdadeiro golpe de estado constitucional em preparação pelas duas troikas foi a tônica do importante discurso de Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP.

No final foi aprovada a resolução

"O acordo não é inevitável e não é lei"



Frente
ComumSindicatos
Administração
PúblicaFrente Comum apresenta
**Manifesto
aos partidos políticos**

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública enviou aos partidos políticos concorrentes às eleições de 5 de Junho um Manifesto em que apresenta a sua visão da crise, dos efeitos do acordo com a troika nas condições de vida dos trabalhadores e nos próprios serviços públicos intitulado “Pelo País, Pelo Futuro / É preciso mudar de Rumo – Defender os salários, o emprego, os direitos, as pensões, os serviços públicos e a democracia”. Na impossibilidade de o publicarmos integralmente deixamos alguns apontamentos que consideramos particularmente significativos. Poderá consultar o documento na íntegra em www.spgl.pt.

Os Memorandos entre a *troika* estrangeira (FMI/UE/BCE) e a *troika* nacional (PS/PSD/CDS), no seguimento de décadas de política de sacrifícios e degradação das condições de vida dos trabalhadores e de apoio ao grande capital, constituem o maior ataque aos trabalhadores, aos reformados/aposentados, ao povo e ao país, desde o derrube do fascismo.

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública considera que só o desenvolvimento da luta pode travar e, no futuro, inverter o retrocesso social, cujo agravamento é exponencialmente potenciado pela intervenção directa da *troika* UE/FMI/BCE no nosso país.

Os ataques aos direitos fundamentais dos trabalhadores e das populações, constitucionalmente consagrados, que a Administração Pública deve assegurar, põem em causa bases fundamentais da revolução de Abril e da própria democracia.

A Frente Comum denuncia que o governo PS (com o apoio do PSD e CDS) retira direitos sociais fundamentais, aumenta os impostos aos trabalhadores e rouba e degrada salários (a percentagem destes no PIB já é inferior, em mais de 8 p.p. à que se verificava no final do regime fas-

cista); mas, em simultâneo, favorece com escandalosos benefícios fiscais, o capital financeiro especulativo.

A luta dos trabalhadores foi determinante para a derrota do PEC IV. Mas os testas de ferro do capital, vendo que estavam em causa os seus futuros e chorudos lucros, impuseram o recurso à “ajuda” externa da UE/FMI/BCE – isto é, pediram ajuda à máquina de guerra do capitalismo contra o nível de vida e os direitos dos trabalhadores e das populações.

Com os Memorandos já assinados pelo PS(governo)/PSD/CDS a Administração Pública e os seus trabalhadores são particularmente penalizados.

Refira-se que parte significativa da dita “ajuda” – 12.000 milhões de euros – vai directamente para a banca, sem que esta tenha de assumir qualquer obrigação ou condicionamento à sua aplicação. Para além disto, o Estado também lhe garantirá avales até ao limite de 35.000 milhões de euros. É um verdadeiro escândalo!

Com esta “ajuda”, os sacrossantos lucros continuarão intocáveis: continuarão a distribuir dividendos, a pagar um IRC inferior ao da generalidade das empresas, a ver resguardadas as mais-valias obtidas na especulação financeira, a fazerem transferências sem taxaço para os *offshores*, a não temer a criação de um imposto sobre as transacções financeiras.

Ao contrário, procede-se ao roubo de salários e pensões, corta-se nas prestações sociais, fomenta-se os despedimentos, eleva-se ainda mais o grau de precariedade no trabalho, reduz-se as despesas com a saúde, a educação e a generalidade dos serviços públicos essenciais à população. Assim, não é indiferente para os trabalhadores quem detém o poder político e de que modo o exerce. Por isso, impõe-se uma reflexão sobre esta questão, no sentido de aproveitar a oportunidade aberta pelas eleições legislativas de 5 de Junho

para alterar a correlação de forças políticas que tem permitido a continuidade, há mais de 35 anos, da brutal e desastrosa política contra os trabalhadores e o país e a favor dos grandes detentores da riqueza. A Frente Comum e os trabalhadores da Administração Pública vão continuar a lutar – também em conjunto com os trabalhadores do sector privado – por uma política alternativa à que tem sido desenvolvida pelo PS/PSD/CDS, a favor da maximização dos lucros e da concentração da riqueza. Uma política que seja orientada para a melhoria das condições de vida e de trabalho, tanto dos trabalhadores como dos reformados/aposentados e da generalidade da população portuguesa, reforçando a autonomia do poder local e a prestação dos serviços públicos às populações, melhorando a sua qualidade. O desenvolvimento económico nacional é inseparável da melhoria das condições de trabalho e do nível de vida dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas da população!

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública não aceita as medidas de austeridade e sacrifícios impostos, que se traduzem em mais cortes nos salários e pensões, na retirada de direitos fundamentais aos trabalhadores da Administração Pública.

Há outras soluções, mas os apoiantes desta política de direita, PS/PSD/CDS, não querem tocar nos lucros.

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública continuará a denunciar e a lutar contra esta política de desastre nacional, pelos direitos dos trabalhadores e das populações e por uma verdadeira política alternativa, que respeite e tenha em conta os direitos de quem trabalha.

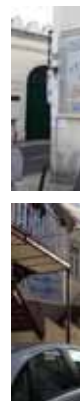
Por uma Administração Pública dignificada e eficaz ao serviço do povo português!

37º Aniversário do SPG

“Normalmente as homenagens são uma honra para quem as recebe. Aqui, é uma honra para nós que o Borges Coelho tenha aceite” o convite para dar o seu nome ao espaço de cultura do sindicato. Com estas breves palavras, na inauguração da exposição de pintura de Eduardo Neves, dia 17 de Maio, António Avelãs sublinhou a importância de um dos momentos que assinalaram, este ano, o aniversário do SPGL. E que foi marcado por outros momentos significativos, como a homenagem à figura e obra de Salgado Sampaio.



“O Borges Coelho é hoje uma referência na nossa cultura, na nossa maneira de estar. É um homem inteiro”. (António Avelãs)



Momentos de reflexão e de afirmação de confiança - como era já referido no programa do aniversário - e que englobaram acções tão diversificadas, como a exposição e a conferência (por Paulo Sucena) de homenagem a Salgado Sampaio, uma visita guiada ao Bairro da Graça, e o jantar convívio, realizados dia 2 de Maio.

Dia 17, foi outro momento de reflexão e convívio. Com a atribuição do nome de Borges Coelho ao espaço de cultura do sindicato e a realização de uma palestra, por Rui Pereira, em torno do tema “Faz sentido falar de *arte democrática*?”.

Palestra que acabou por ser uma conversa-debate, envolvendo naturalmente Borges Coelho. E com intervenções de Eduardo Neves e de vários dos presentes na iniciativa.



L - Reflexão, convívio e confiança



Arte democrática?

O debate foi introduzido por Rui Pereira, numa intervenção em que simultaneamente apresentou o projecto que de há muito tem vindo a desenvolver e que agora surge sob a forma de livro “pensar.te” e valorou a importância da comunicação.

Rui Pereira sublinhou, em particular, a diversidade de correntes estéticas como expressão da liberdade. Numa perspectiva da arte como instrumento

transformador, a vários níveis.

“Não gosto do adjectivo democrático ligado à arte”, foi a introdução ao tema por parte de Borges Coelho.

Para frisar, depois, que “faz todo o sentido apelar à participação cívica”, faz todo o sentido “pedir aos artistas que vivam intensamente o seu tempo”, pedir aos artistas que sejam “muito bons” e verdadeiramente originais (o que implica “muito suor”...).

Mas não faz sentido pedir-lhes que se expressem desta ou daquela forma, não

faz sentido distinguir forma de conteúdo, não faz sentido propor um programa.

Porque os temas da arte são infinitos. “Vão do amor ao infinito da morte”.

O importante é que se afirme a liberdade de criação. Dramático seria desistir da liberdade.

Na sua breve intervenção, Eduardo Neves definiu a pintura também como “uma tentativa de concretizar ideias, de dar sentido às coisas”. E democratizar como “chegar aos outros”. ■

100 Anos do Voto Feminino em Portugal

FOTO: Gary McInnes



No dia 28 de Maio, comemoramos os 100 anos do primeiro voto feminino em Portugal. **Carolina Beatriz Ângelo** (1878/1911) médica e feminista, atreveu-se, mesmo contra a vontade dos republicanos no poder, a exercer o seu direito de voto para a Assembleia Nacional Constituinte. Na época, a lei eleitoral apenas permitia o direito de voto aos cidadãos portugueses com mais de 21 anos, que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família. As mulheres estavam impedidas desse exercício, mas Carolina Beatriz Ângelo lutou para que o seu nome constasse dos cadernos eleitorais pelo facto de ser viúva e “chefe de família”. Foi um acto de rebeldia, de consciência profunda dos seus direitos como mulher e cidadã e na época este acto teve enorme repercussão internacional, com cobertura de jornais de toda a Europa.

Cem anos depois, por iniciativa da UMAR, com o apoio do CEMRI, Universidade Aberta, Faculdade Para a Ciência e Tecnologia, CESNOVA, FACES DE EVA E APEM, este importante acto é assinalado com um **Seminário Internacional** intitulado “**Carolina Beatriz Ângelo – 100 anos | Percursos Históricos e de Cidadania**”. Com um programa que decorre durante todo o dia 28 de Maio, na faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na avenida de Berna, em Lisboa, a entrada é livre e com direito a Certificado de Presença, mediante preenchimento de ficha de inscrição e envio para seminarioc.b.angelo.umar@gmail.com

Ao longo destes cem anos a ousadia desta mulher foi reprimida e o retrocesso democrático acentuou-se claramente durante o período da ditadura marcado pela subalternização da mulher. Só desde 1974, com a revolução de Abril, este panorama mudou, quando foram abolidas todas as restrições baseadas no sexo quanto à capacidade eleitoral dos cidadãos e cidadãs. O direito universal ao voto é uma conquista

da democracia que não devemos descartar nem minimizar e, em vésperas de um importantíssimo acto eleitoral no Portugal democrático, homenageamos a coragem de mulheres como Carolina Beatriz Ângelo e tantos outros cidadãos e cidadãs que dedicaram as suas vidas à luta pelos ideais do progresso e da democracia. ■

CIMH/SPGL

(Consultar – www.spgl.pt – *Frentes de Trabalho – Comissão de Igualdade entre Mulheres e Homens – Actualidade*)

Mulheres com deficiência: a desigualdade

FOTO: Calliandra



Eu comparo a situação das mulheres com deficiência ao fosso entre pobres e ricos: se por um lado há mulheres que são vítimas de múltiplas discriminações e com baixas habilitações, também é verdade que há cada vez mais mulheres com deficiência a conseguir vencer na vida e a tirar um curso superior, constituir família, etc. Como apresentar as mulheres com deficiência, que sempre foram vistas como duplamente discriminadas? Como falar das mulheres que têm sucesso, sem esquecer as restantes - que continuam a ser a maioria – que são altamente discriminadas? Até porque estas realidades se cruzam – não é por terem mais habilitações que as mulheres com deficiência deixam de ser discriminadas e ameaçadas.

O que é importante é dizer que sim, é possível, as mulheres com deficiência terem sucesso na vida – quer a nível pessoal, quer a nível profissional – porque isso é importante para as gerações vindouras (adolescentes e crianças). É importante que essas crianças e adolescentes tenham exemplos de sucesso, para também elas serem mulheres de sucesso.

No que diz respeito à Educação, a maioria das mulheres com deficiência têm baixas habilitações e só cerca de 1% das mesmas são escolarizadas. E para aquelas que têm mais habilitações e que conseguem por exemplo tirar um curso superior que as

habilita para a docência, não há qualquer incentivo legal que discrimine positivamente e lhes permita terem acesso à profissão e trabalhar perto de casa, uma vez que na sua maioria são pessoas com problemas de mobilidade. A quota de emprego para cidadãos com deficiência é totalmente ineficaz, no que à Educação diz respeito, por isso há mulheres com deficiência a desistir do Ensino porque não conseguem colocação.

Já para não falar das mulheres e homens com deficiência, professores que têm que calcorrear o país para poder trabalhar. Se já é difícil para quem não tem deficiência nenhuma, o que será para os professores com deficiência e com problemas de mobilidade?

Ainda na área da Educação: o Governo PS formou as unidades especializadas colocando as crianças com deficiência à parte das restantes. Que integração e que futuro haverá para essas crianças?

Mas há mais: O Governo definiu na Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF) na medida 59, 10 profissões que, segundo eles, se adequam ao perfil e incapacidades dos cidadãos com deficiência, a saber: Assistente Administrativo; Cozinheiro; Empregado de Andares (que eu nem sei o que é); Empregado de Mesa; Mecânico de automóveis ligeiros; Operador Agrícola; Horticultura/Fruticultura; Operador de Acabamentos de Madeira e Mobiliário; Operador de Jardinagem. Isto tudo integrado no programa Novas Oportunidades. Para o Governo os cidadãos com deficiência são uns atrasados mentais que só podem exercer estas profissões (com todo o respeito pelas mesmas, pois todo o trabalho é digno), enquanto outros entram para Medicina pela porta do cavalo das Novas Oportunidades sem nunca terem estudado Química e Biologia. Para o Governo não pode haver cidadãos com deficiência Licenciados, Mestres ou Doutorados. São uns desgraçadinhos que, vejam bem, não conseguem fazer uma carreira superior.

No meio disto tudo, como ficam as mulheres com deficiência que são violadas ou esterilizadas, em particular as mulheres com deficiência mental?

As mulheres com deficiência representam mais de metade dos cidadãos com deficiência, a nível mundial que são cerca de 10%. Em situações de conflito essas mulheres chegam a atingir os 20%. Como combater esta enorme desigualdade a que estas mulheres estão sujeitas?

Ficam as perguntas. ■

Clara Belo
Vogal da Direcção Nacional da APD
Bibliotecária, Ex-professora de Biologia e Geologia

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa

•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direcção: direccao@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios

•TEL: 21 381 9192
•apoiোসocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso

•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos

•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)

•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação

•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa

•Sintra
Rua Padre Manuel Nobrega,
Lt 8, Loja A, Algueirão
2725-085 Mem Martins
Tel: 219212573 Fax: 219212559
•Parede
Trav. Rocha Martins, F - L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt

Direcção Regional do Oeste

•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras

Tel: 261311634 Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-
gos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
E-Mail: abrantes@spgl.pt
•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
E-Mail: santarem@spgl.pt
•Tomar
Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
E-Mail: tomar@spgl.pt
•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt
•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt
•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara,
nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt



Visita Guiada para Professores, dia 12 de Julho, às 15 horas

Inscrições até 20/06 pelo Tel: 21 381 91 47

Inaugurada no passado mês de Abril, na antiga prisão do Aljube, a exposição **A Voz das Vítimas** organizada pelo [Instituto de História Contemporânea](#), pela [Fundação Mário Soares](#) e pelo [Movimento Não Apaguem a Memória que](#) pretende constituir uma afirmação de cidadania na preservação da nossa memória histórica.

“Aljube - A Voz das Vítimas” é uma exposição que tem como objectivo honrar a memória e o sacrifício de todos os que foram presos e torturados durante o Estado Novo. Para que nunca se esqueça o que se passou durante mais de 30 anos. A exposição está patente na Cadeia do Aljube, em Lisboa, que funcionou como prisão política de 1928 a 1965, data em que fechou as portas. Por lá passaram presos como Mário Soares, Álvaro Cunhal, Miguel Torga, Urbano Tavares Rodrigues, António Borges Coelho, Salgado Zenha, Fernando Rosas ou Vasco Granja.”

No âmbito da exposição **A Voz das Vítimas**, são organizadas todas as 5.^{as} feiras (salvo entre 8 de Julho e 31 de Agosto) iniciativas/debates sobre temas desenvolvidos na exposição. Esses debates decorrerão na Sala Multimédia, às 17.00 horas.

Próximos debates agendados:

09/6- Estado Novo e repressão

16/6- Tribunais Políticos

23/6- A Defesa nos Tribunais Políticos

30/6- Medidas de Segurança

7/7- A Resistência - da queda da República ao 25 de Abril

21 de Junho

Visita guiada ao Bairro da Graça - Roteiro Feminista

Orientador- Dr. João Cravo



Conhecer os sítios é conhecer quem os construiu lá vivendo, amando, sofrendo... são as mulheres e os homens que fazem as histórias e os lugares em que vivem!

Propomos, por isso, conhecer a Graça. Mas conhecer a Graça na perspectiva da mulher, visitando os locais que, sobretudo a partir do século XIX, tiveram uma importância grande para a construção

de uma mentalidade emancipatória feminista.

Neste sentido, partindo do Miradouro de Nossa Senhora do Monte, de onde se desfruta uma das mais belas vistas de Lisboa, também ela mulher na boca dos poetas, iremos conhecer entre outros, a casa onde viveu e morreu Angelina Vidal, as Vilas Operárias, as Mónicas, a Voz do Operário, etc., etc.

Programa:

Data – 21 de Junho

Horário – 9h 30m/12h 45m

Local de encontro – Miradouro da Graça - à porta da Igreja da Graça

Almoço/Convívio – Restaurante “O Carvoeiro”

Número limite de participantes – 25

Preço – 15€

Inscrições até 15/06 pelo Tel : 21 381 91 47

Jornadas Pedagógicas

Direcção Regional de Lisboa

Como vem sendo habitual as Jornadas Pedagógicas da Direcção Regional de Lisboa continuam a ter grande adesão por parte das(os) nossas(os) sócias(os) e também de outras(os) professoras(es) que se têm vindo a associar. Estas têm como objectivo principal não só a formação dos docentes, como permitir também momentos de partilha de experiências e de convívio, cada vez mais escassos na vida docente, dado todo o tempo excessivo a dedicar à actividade profissional. As fotos ilustram alguns momentos das Acções e Visitas já realizadas.

Mais Fotos no site do SPGL ou no Facebook

FOTOS: SPGL



Visita à Casa das Histórias Paula Rego e Museu



Acção – Oficina de Drama



Biblioteca Condes de Castro



Visita – À Descoberta da Vila do Redondo



Visita ao Metro – Estações do Parque e Marquês de Pombal



Acção da Ciência Divertida – um conceito Inovador

Legislação

• **Despacho 5516/11, 30/3**

Nomeação do Júri Nacional de exames dos ensinos básico e secundário e das provas de aferição para o ano 2011.

• **Resolução da AR 60/2011, 23/3**

Cessaçãõ da vigência do DL 18/11, 2/2, que permite a organizaçãõ dos tempos lectivos dos 2º e 3º ciclos do ensino básico em períodos de 45 ou 90 minutos e elimina a área de projecto do elenco das áreas não disciplinares.

• **Despacho 4932-A/2011, 21/3**

Gozo de férias acumuladas.

• **Despacho 5224/11, 25/3**

Renova o mandato, por um período de 3 anos, dos conselheiros para o conselho científico para a avaliação dos professores, em representação das associações pedagógicas e científicas dos professores.

• **Despacho 5452-B/11, 29/3**

Fixa, para o ano escolar 2011/2012, a quota de 10 para a concessão de equiparação a bolseiro.

• **D.L. 50/2011, 8/4**

Introduz o exame final nacional optativo de Filosofia, elimina a disciplina de área de projecto e cria a disciplina de Formação cívica no currículo dos cursos científico-humanísticos.

• **Despacho 6025/11, 6/4**

Alteração ao despacho 18060/2010, sobre as provas de aferição.

• **Despacho 6258/2011, 11/4**

Altera o despacho 14026/07, sobre matrículas e constituição de turmas.

• **Despacho Normativo 7/2011, 5/4**

Altera o regulamento do Júri Nacional de Exames, o regulamento dos exames do ensino básico e secundário.

• **Portaria 141/2011, 5/4**

Revoga a portaria 303/09, que estabelece medidas excepcionais destinadas a suprir a carência de pessoal docente c/ habilitação profissional para o grupo de Espanhol.

• **Portaria 150/2011, 8/4**

Aprova a minuta dos contratos de associação a celebrar entre o Estado e as entidades titulares de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

Departamento de Cultura

Qualquer sugestão deve ser enviada para carloscastilho@spgl.pt



Cultura Maio 2011

O nosso convidado deste mês é o **TEATRO PAPA LÉGUAS**, que nos apresenta a programação seguinte:



Rua Professor Santos Lucas 36 A - 1500-515 Lisboa

Porque é que o Capuchinho é Vermelho?

De 14 de Maio a 18 de Junho
Na Sala-Estúdio
Os Papa-Léguas

Sessões aos sábados e domingos às 16 horas

De terça a sexta-feira às 10, 11 e 14 horas para grupos.

A bem conhecida história mas... em que se explica o que ainda não está explicado. E se vê um pobre lobo - coitado! - e uma avó muito pândega, e uma mãe muito distraída, e ainda muitos outros: uma Árvore, um Pintor, a Velhota Transparente e, claro está!, a Menina do Capuchinho Vermelho. Um gáudio!

Duração: 50 minutos.
Custo: 5,50 € por aluno.
Os professores e outros responsáveis educativos não pagam.



O PAPA LÉGUAS tem ainda:

. **CURSOS DE VERÃO PARA CRIANÇAS ENTRE OS 3 E OS 10 ANOS**

. **CURSOS PARA PROFESSORES... com desconto de 10% para os sócios do SPGL!**

Telefones: 210970654
217141823 teatropapaleguas@gmail.com

INFORME-SE!

Conferências em Maio "O dia inicial" de Otelo Saraiva de Carvalho



FOTO: SPGL

Um encontro com Otelo Saraiva de Carvalho, com a apresentação do seu novo livro sobre o 25 de Abril, "O dia inicial", por António Avelãs, inaugurou, em 12 de Maio, o Ciclo de Conferências em Maio – pensamento de esquerda, organizado pelo departamento da Cultura do SPGL.

Na apresentação da nova obra de Otelo Saraiva de Carvalho, António Avelãs valorizou, nomeadamente, a significativa referência, no prefácio de Eduardo Lourenço, à unidade e liderança colectiva dos militares que fizeram Abril, com a resposta "somos todos" à pergunta de quem era o líder.

Sublinhou ainda a forma reflexiva, mas não neutra, como os dias da revolução são apresentados, entre os factos e os meandros que lhe deram corpo. Uma história complexa, uma história de homens, com grandes rasgos, mas também falhas e fracassos. E que se assumiu como verdadeira revolução ao contar com o imediato e inequívoco plebiscito popular.

Na sua exposição, Otelo Saraiva de Carvalho percorreu todo um longo período da história – e contou muitas histórias vívidas – com grande destaque para o papel que a guerra colonial viria a ter, como "a grande motivação para o 25 de Abril" – a "mais bela revolução da história".

E concluiu considerando que a fortíssima adesão popular foi um factor fundamental.

O debate necessário sobre a Escola Pública



“Não estraguem aquilo que era bom, não estraguem a escola!”, foi o apelo lançado por João Jaime, director da Escola Secundária Camões, no debate que culminou o painel “Na hora de decidir o futuro, o que defendem os partidos políticos”, no quadro da iniciativa “Debate necessário sobre a escola pública”, promovido pela Plataforma da Educação.

Um apelo que envolvia, em particular, um protesto pelo fim da área projecto no ensino secundário, pondo em causa um trabalho pedagógico particularmente interessante e criativo (como foi recentemente reportado na EI). Mas também a reivindicação de uma gestão democrática das escolas. Ou ainda, o apoio à educação de adultos. O fim de práticas em que “as escolas, para comprarem uma borracha, têm que pedir ao Ministério das Finanças”. A suspensão do processo de criação de agrupamentos.

Um conjunto de questões fulcrais, que esteve também presente noutras intervenções no vivo debate que se seguiu às apresentações dos deputados.

Participaram neste painel - em torno das propostas para o futuro da educação e da escola pública - Diogo Feio (deputado europeu do CDS), Pedro Duarte (deputado do PSD), Bravo Nico (deputado do PS), Francisco Madeira Lopes (dirigente do PEV), Miguel Tiago (deputado do PCP) e Cecília Honório (deputada do BE). Com moderação de Patrícia Matos, jornalista da TVI.

As diferentes intervenções confluíram na consideração da importância do ensino. Mas com discursos naturalmente bem diversos. E marcados por clivagens óbvias. Quer em termos práticos: relativamente aos partidos que assinaram o memorando da troika, que impõe cortes brutais ao nível do ensino - dificilmente se entende como conciliar isso com uma aposta sustentada na educação. Quer em termos teóricos - área em



que a linha de separação de políticas passa nomeadamente pelo apoio expresso (ou não) aos princípios da Constituição e da Lei de Bases.

A concluir, Mário Nogueira sublinhou as múltiplas ameaças - agravadas pela crise - que pesam sobre a escola pública e afirmou que, ganhe quem ganhar, a luta por uma escola pública de qualidade vai prosseguir. ■

**PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS**

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVOLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
0000262011GRNC
PODE ABRIRE-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL



ett correios

TAXA PAGA
PORTUGAL
COMBIMATO 877788

No próximo acto eleitoral do dia 5 de Junho,
o povo tem o direito e a responsabilidade
de intervir e se pronunciar sobre
o que quer para o seu país.
É importante que os trabalhadores façam
deste dia uma jornada de luta, participando
activamente no processo eleitoral para
com o seu voto reforçar a democracia,
exigirem um país mais justo
e solidário e para elegerem
deputados que impeçam um
Golpe de Estado Constitucional
contra os seus direitos.